

RELATÓRIO & CONTAS CONSOLIDADAS '09



BANCO
INVEST



BANCO INVEST

GRUPO ALVES RIBEIRO



Índice

1. Órgãos Sociais	4
2. Datas Relevantes	6
3. Relatório do Conselho de Administração	8
Enquadramento Macroeconómico	8
Economia Internacional.....	8
Economia Nacional	8
Mercados	9
Mercados Accionistas	9
Mercados Obrigacionista e Monetário	10
Mercado Cambial	11
Mercado de Commodities.....	11
Síntese da Actividade Desenvolvida	12
Indicadores Consolidados	12
Actividade Desenvolvida.....	14
Empresas	14
<i>Corporate Finance</i>	14
<i>Gestão de Risco</i>	14
<i>Crédito Especializado</i>	14
Particulares	16
<i>Private Banking</i>	16
<i>Gestão de Activos</i>	16
<i>Corretagem</i>	17
<i>Crédito Especializado</i>	17
Institucionais.....	17
<i>Corretagem</i>	17
<i>Produtos Estruturados</i>	17
<i>Gestão de Risco</i>	17
<i>Custódia</i>	18
Gestão de Riscos de Mercados – Carteira Própria.....	18
Controlo de Riscos.....	20
Resultados Apurados e sua Aplicação	22
Agradecimentos Devidos.....	22
4. Demonstrações Financeiras.....	23
5. Anexo às Demonstrações Financeiras	29
6. Certificação Legal das Contas.....	103
7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	105

1. Órgãos Sociais





1. Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente

Francisco Xavier Ferreira da Silva

Vice-Presidente

José Pais da Silva Alves Ribeiro

Secretários

Teresa Penaguião Silva Alves Ribeiro Pereira de Sousa
Joana Rita da Silva Ribeiro Costa Morais Villas Boas

Conselho de Administração

Presidente

Afonso Ribeiro Pereira de Sousa

Vice-Presidente

António Miguel Rendeiro Ramalho Branco Amaral

Vogais

Manuel João de Matos Silva Alves Ribeiro
João Carlos Ribeiro Pereira de Sousa
José João Silva Ribeiro da Costa Morais
Francisco Manuel Ribeiro

Conselho Fiscal

Presidente

Artur Carmo Barreto

Vogais

Rosendo José
Victor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa

Voga Suplente

Francisco Dias Martins

Revisor Oficial de Contas

João Carlos Henriques Gomes Ferreira

2. Datas Relevantes





2. Datas Relevantes

Fevereiro –97	Constituição do Banco, com um capital social de 20 milhões de Euros
Abril –97	Início de actividade, em Lisboa e no Porto
Dezembro –97	Os Activos do Banco atingem os 27 milhões de Euros
Fevereiro –98	Constituição da Alrimo, gestora de fundos do Banco
Maió –98	Constituição da Probolsa, corretora do Banco
Setembro –98	A Probolsa assume o estatuto de Membro Negociador e Liquidador da BVLP
Novembro –98	Inauguração da Loja de Corretagem de Lisboa
Dezembro –98	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 48 milhões de Euros
Janeiro –99	Aumento de Capital para 25 milhões de Euros
Abril –99	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas (Portugal)
Junho –99	Inauguração da Loja de Corretagem de Leiria
Dezembro –99	Aumento de Capital para 35 milhões de Euros. Os Activos Consolidados do Banco atingem os 100 milhões de Euros
Agosto –00	O Banco assume o estatuto de Membro Liquidador da BVLP
Outubro –00	Aumento de Capital para 42,5 milhões de Euros
Dezembro –00	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro – Ações Europa Os Activos Consolidados do Banco atingem os 150 milhões de Euros
Outubro –01	Aumento de Capital para 47,5 milhões de Euros
Novembro –01	Lançamento do Fundo Alves Ribeiro FPR/E Lançamento do serviço de corretagem para mercados estrangeiros
Dezembro –01	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 200 milhões de Euros
Janeiro –02	O Fundo Alves Ribeiro – Médias Empresas é considerado o fundo de ações nacionais mais rentável em Portugal no ano 2001
Dezembro –02	Inauguração da Loja de Corretagem do Porto
Setembro –03	Lançamento do serviço de corretagem de derivados para mercados estrangeiros
Outubro –03	O Banco obtem o estatuto de Global Clearing Member da Clearnet
Dezembro –03	Titularização de 100 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco: Primeira operação de titularização de contratos de leasing imobiliário em Portugal Primeira intervenção do Fundo Europeu de Investimento numa emissão originada por um Banco português Primeira operação de securitização de contratos de crédito na Europa com garantia do Fundo Europeu de Investimento incluída na estruturação das obrigações emitidas Os Activos Consolidados do Banco atingem os 300 milhões de Euros
Janeiro –04	O Banco obtem o estatuto de Trading Member Firm do Euronext A actividade de corretagem desenvolvida pela Probolsa é integrada no Banco, através de uma operação de fusão por incorporação
Março –04	O Fundo Alves Ribeiro FPR/E é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2003
Dezembro –04	Titularização de 42 milhões de Euros de contratos da Carteira de Crédito do Banco Os Activos Consolidados do Banco atingem os 350 milhões de Euros
Junho –05	Os Activos Consolidados do Banco atingem os 400 milhões de Euros
Outubro –05	O Banco Alves Ribeiro passa a denominar-se Banco Invest
Outubro –05	Lançamento do site Banco Invest
Dezembro –05	Emissão de um empréstimo obrigacionista de 50 milhões de Euros “Banco Invest 08 – Euribor + 0,425%”
Dezembro –05	Os Activos do Banco atingem os 451 milhões de Euros
Julho –06	Lançamento da actividade de Crédito no escritório de Leiria
Outubro –06	Desenvolvimento e implementação de um modelo de cálculo de probabilidade de default e perda esperada para a actividade de concessão de crédito
Dezembro –06	Os Activos do Banco atingem os 545 milhões de Euros
Janeiro –07	O Fundo Alves Ribeiro PPR é considerado o mais rentável em Portugal na sua categoria no ano 2006
Julho –07	Inauguração do escritório de Aveiro
Novembro –07	Inauguração do escritório de Braga
Dezembro –07	Os Activos do Banco atingem os 627 milhões de Euros
Março –08	Lançamento de um Programa de titularização de contratos da Carteira de Crédito do Banco, sob a modalidade de conduit, até ao montante de 125 milhões de Euros
Dezembro –08	Lançamento da actividade de estruturação e gestão de produtos derivados para Clientes Empresa e Institucionais
Junho –09	Inauguração do novo Centro de Investimento de Leiria
Dezembro –09	O Fundo Alves Ribeiro PPR termina 2009 com uma valorização de 30,8%, a melhor entre todos os produtos comparáveis disponíveis no mercado.

3. Relatório do Conselho de Administração





3. Relatório do Conselho de Administração

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

No segundo semestre de 2009, a economia mundial iniciou a tão esperada recuperação da pior recessão dos últimos sessenta anos, acompanhada pela estabilização dos mercados financeiros. As economias emergentes e em desenvolvimento, nomeadamente asiáticas, lideraram a recuperação em curso que, em especial nas economias desenvolvidas, permanece muito condicionada pela evolução da taxa de desemprego e dos estímulos governamentais e monetários. Nos mercados financeiros, a aversão ao risco diminuiu significativamente, a generalidade dos bancos recapitalizou-se com sucesso, e os mercados de **wholesale funding** progressivamente começaram a funcionar.

Nos **Estados- Unidos**, a recessão iniciada no final de 2007 – que se agravou abruptamente após a falência do banco de investimento Lehman Brothers – deverá ter terminado no terceiro trimestre do ano passado. O Produto Interno Bruto (PIB), após as contracções de 5,4% e 6,4% (anualizado) no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009, respectivamente, iniciou uma recuperação, registando um crescimento de 2,2% (anualizado) no terceiro trimestre de 2009. Para tal, muito contribuíram os massivos apoios fiscais e a diminuição das taxas de juro para valores próximos de zero. A recuperação do consumo privado deverá contudo ser lenta, pressionada pela elevada taxa de desemprego – cerca de 10% – e pela reposição de taxas de poupança para níveis mais razoáveis. Em paralelo com a estabilização do mercado imobiliário, o risco de novas falências de bancos diminuiu significativamente, embora possam ainda ser necessários novos aumentos de capital para repor completamente as perdas registadas nos últimos dois anos. Em termos anuais, e segundo as últimas previsões da OCDE publicadas em Novembro último, a economia norte-americana deverá registar um crescimento do PIB de 2,5% e 2,8% em 2010 e 2011, respectivamente.

Também na **Zona Euro** os indicadores publicados durante o mês de Dezembro apontam para o fim da recessão nas suas duas principais economias: os PIB alemão e francês cresceram 0,7% e 0,3% no terceiro trimestre, respectivamente, confirmando, assim, a tendência de recuperação iniciada no segundo trimestre. Sobretudo na Alemanha, assistiu-se a uma melhoria significativa nos índices de confiança empresarial e dos consumidores: o índice IFO atingiu, em Dezembro, o valor mais alto desde Agosto de 2008, mas ainda muito longe dos valores atingidos do início da crise. Contudo, noutros países, como a Itália e a Espanha, estes índices continuam ainda a evidenciar bastante fraqueza. Assim, em média, a

recuperação económica na Zona Euro deverá ser lenta, com um crescimento médio de apenas 0,9% e 1,7% em 2010 e 2011, respectivamente. A inflação na Zona Euro, em Novembro último, voltou para território positivo, esperando-se que permaneça contida nos próximos meses.

Economia Nacional

Em Portugal, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o PIB registou, no terceiro trimestre de 2009, uma contracção de 2,5% face ao período homólogo, o que representa uma evolução menos negativa face ao trimestre anterior (-3,7%, no segundo trimestre). Nas contas do crescimento continuam a pesar, essencialmente, a contracção do investimento e do consumo privado. Pela positiva, a procura externa líquida evidenciou uma melhoria no terceiro trimestre, com uma subida de 0,2%. Segundo o FMI, a economia nacional deverá ter contraído 3,0%, em 2009. Para 2010 e 2011, este organismo prevê um crescimento de 0,4% e 1,5%, respectivamente. As estimativas da OCDE são mais optimistas, projectando um crescimento de 0,8% e 1,5% em 2010 e 2011, respectivamente. A taxa de desemprego deverá continuar a subir, pelo menos até meados de 2010. A contribuição do investimento público deverá ser relativamente diminuta, considerando a necessidade de consolidação orçamental: o défice e a dívida pública rondam, presentemente, os 9% e os 80% do PIB, respectivamente.

Em conclusão, a economia mundial deverá crescer 3,1%, em 2010, mais uma vez liderada pelas economias em desenvolvimento, nomeadamente pela chinesa (10,2% em 2010). Nas economias desenvolvidas o crescimento deverá ser modesto e abaixo do registado antes da recessão iniciada em 2007.

De facto, existem ainda diversos obstáculos a uma recuperação mais forte da economia mundial. Em primeiro lugar, a elevada taxa de desemprego, tanto nos Estados- Unidos como na Zona Euro – onde aliás continua a subir, atingindo 9,8% em Setembro – deverá condicionar o consumo das famílias, mais concentradas, nesta fase, em reduzir o endividamento e aumentar a poupança. Nos Estados- Unidos, a taxa de poupança das famílias subiu de 1,4%, no final de 2007, para os actuais 4,7%.

Em segundo lugar, a acrescida dificuldade de acesso ao crédito continuará a traduzir-se, inevitavelmente, na redução do investimento por parte das empresas, sobretudo em sectores com elevado peso na economia, como por exemplo o da construção. Ainda assim, neste sector, assistiu-se a uma ligeira recuperação, tanto nos Estados- Unidos como na Zona Euro, nos últimos meses.

Em terceiro e último lugar, especialmente nas economias desenvolvidas, a recuperação do crescimento económico manter-se-á muito dependente das ajudas governamentais. E, face à acentuada deterioração das contas públicas destes países, consequência do aumento das prestações sociais e diminuição das receitas fiscais, é de esperar um esforço de consolidação orçamental nos próximos anos, que se traduzirá, necessariamente, em cortes nas despesas e, muito provavelmente, em aumento de impostos. Este problema é já visível em algumas economias periféricas na Zona Euro, nomeadamente na Grécia, onde o défice e a dívida pública rondam os 13% e os 113% do PIB, respectivamente. Esta situação resulta numa dificuldade acrescida de acesso ao crédito nos mercados financeiros internacionais, tanto para os Estados como para as respectivas instituições financeiras – e consequentemente para as famílias e para as empresas – com um impacto obviamente negativo nos níveis de crescimento económico.

Indicadores Económicos

	2008	2009	2010	2011
Varição PIB				
EUA	0,4%	-2,5%	2,5%	2,8%
Japão	-0,7%	-5,3%	1,8%	2,0%
Zona Euro	0,5%	-4,0%	0,9%	1,7%
Portugal	0,0%	-2,8%	0,8%	1,5%
Taxa de desemprego				
EUA	5,8%	9,2%	9,9%	9,1%
Japão	4,0%	5,2%	5,6%	5,4%
Zona Euro	7,5%	9,4%	10,6%	10,8%
Portugal	7,6%	9,2%	10,1%	9,9%
Investimento				
EUA	-3,6%	-14,3%	2,1%	7,8%
Japão	-5,0%	-12,8%	-0,8%	4,4%
Zona Euro	-0,7%	-10,6%	-1,0%	2,3%
Portugal	-0,7%	-13,6%	0,4%	2,9%
Inflação (CPI)				
EUA	3,8%	-0,4%	1,7%	1,3%
Japão	1,4%	-1,2%	-0,9%	-0,5%
Zona Euro	3,3%	0,2%	0,9%	0,7%
Portugal	2,7%	-0,9%	0,7%	1,0%
Consumo Privado				
EUA	-0,2%	-0,6%	1,3%	2,4%
Japão	0,6%	-0,7%	1,2%	1,2%
Zona Euro	0,3%	-1,0%	0,0%	1,1%
Portugal	1,7%	-1,0%	0,6%	0,9%

Fonte: OCDE (Nov-09)

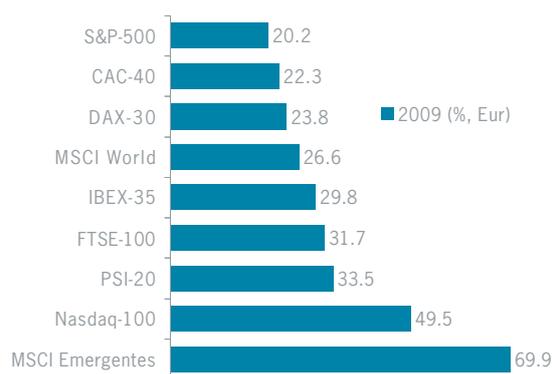
Mercados

Mercados Accionistas

Desde os mínimos de Março, os mercados accionistas registaram um dos melhores períodos de sempre, com valorizações superiores a 70%. Após as quedas abruptas nos últimos meses de 2008, os mercados encetaram uma recuperação praticamente ininterrupta, acompanhada por uma diminuição acentuada da volatilidade implícita nas opções sobre acções e índice accionistas.

Sem surpresa, a recuperação foi liderada pelos mercados mais cíclicos e com maior beta: em 2009, os mercados emergentes, medidos pelo respectivo índice MSCI, valorizaram, em média, 70% em euros. O Nasdaq-100, índice norte-americano constituído por empresas tecnológicas, subiu cerca de 50%, também em euros. Os primeiros foram impulsionados pelas taxas de crescimento económico bastante superiores às das economias mais desenvolvidas. O sector tecnológico beneficiou da circunstância de, tradicionalmente, estas empresas apresentarem menores níveis de endividamento e, por conseguinte, estarem menos expostas às restrições de crédito e à subida dos custos de financiamento. Pelo contrário, mais modestos foram os ganhos dos *benchmarks* S&P-500 e DAX-30, com valorizações de 20% e 24%, respectivamente, em euros. Nestas economias, o elevado endividamento público e a recuperação económica mais lenta refrearam a subida das bolsas.

Evolução dos Principais Índices Bolsistas



O mercado nacional, medido pelo índice PSI-20, valorizou 33,5% em 2009, apesar do fraco desempenho registado no último trimestre (-0,1%). As vinte empresas constituintes encerraram o ano positivas, relativamente ao fecho do ano anterior, tendo-se destacado, pela positiva, a Sonae SGPS (+99,1%), Sonaecom (92,2%) e a Altri SGPS (+90,7%). Pela negativa, demarcou-se o BCP com





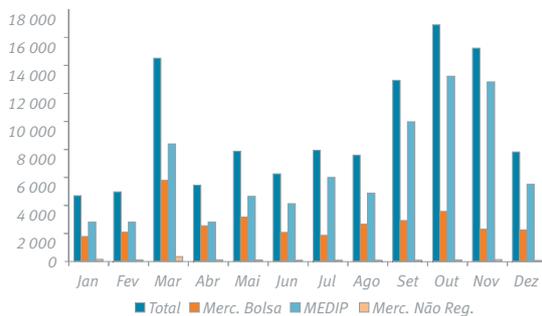
uma subida de apenas 3,7%, após a correcção ocorrida no último trimestre (-16,4%). Destaque ainda para as acções da Cimpor (+84,7%), que no final do ano foi alvo de uma Oferta Pública de Aquisição por parte da empresa brasileira CSN – Companhia Siderúrgica Nacional, ao preço de 5,75 euros.

Evolução do Índice PSI-20



O valor das transacções efectuadas no mercado secundário nacional a contado desceu cerca de 15% para 105 mil milhões de euros, em 2009. O grande responsável por esta diminuição foi o segmento dos 'Mercados de Bolsa', com uma queda de 43% no valor transaccionado, relativamente ao ano anterior. No segmento 'MEDIP' (Mercado Especial da Dívida Pública), o valor transaccionado aumentou 10%, em 2009. A contribuição dos Mercados Não Regulamentados (Mercado sem Cotações, EasyNext Lisbon e PEX) para o total de transacções no mercado nacional continuou a ser residual, fixando-se nos 1,2%.

Evolução do Volume de Transacções no Mercado Secundário da Euronext Lisboa



Mercados Obrigacionista e Monetário

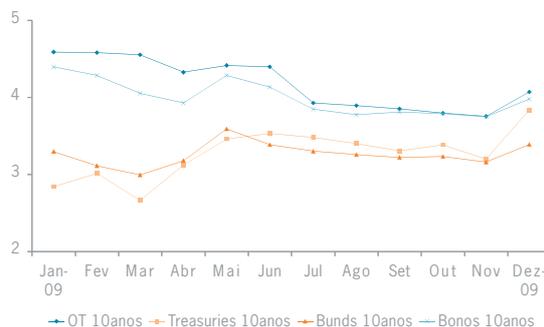
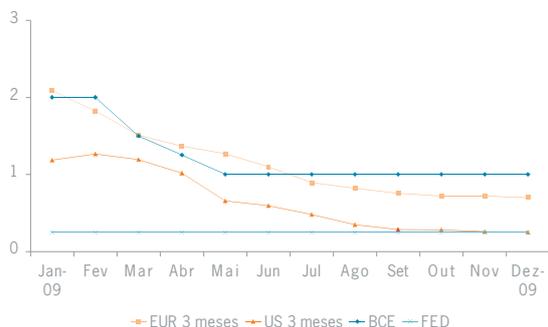
Nos mercados obrigacionistas, o ano caracterizou-se por rendibilidades excepcionalmente elevadas. A injeção massiva de liquidez nos mercados financeiros, no sentido de apoiar os bancos e restabelecer assim a confiança no sistema financeiro, bem como relançar a actividade económica, permitiu às obrigações de dívida pública ganhos significativos, sobretudo nos prazos mais curtos. Por sua vez, o segmento de dívida privada beneficiou ainda da progressiva melhoria das perspectivas económicas e de resultados das empresas, que se traduziu no abrupto estreitamento dos *spreads* de crédito. Na Europa, o índice iTraxx Main, índice constituído por 125 empresas representativas de vários sectores, terminou o ano nos 76 bps, nível não observado desde o início de 2008, antes do colapso do banco de investimento norte-americano Bear Sterns.

Evolução dos spreads de crédito na Europa



Na última reunião de 2009, o Conselho do Banco Central Europeu decidiu manter inalterada em 1,0% a taxa de juro para operações de refinanciamento. Apesar da subida da taxa de inflação, verificada em Novembro, esta continua a níveis considerados, no mínimo, benignos. O carácter instável da recuperação económica em curso não deverá conduzir a alterações na política monetária do BCE antes de 2011. Pelo contrário, nos Estados-Unidos, o consensus dos analistas avança com o início da subida das taxas de juro já em 2010, muito provavelmente no segundo semestre.

Evolução das Taxas de Juro de CP e LP



Mercado Cambial

O euro terminou o ano pressionado, por um lado, pelos bons indicadores divulgados nos EUA durante o mês de Dezembro e, por outro, pelo downgrade do rating de crédito da Grécia para BBB+ pela agência S&P. Neste país, a dívida pública ascende já a 113% do PIB, facto que os investidores temem que se possa alastrar a outros países de Zona Euro, nomeadamente a Portugal, Itália e Espanha. O necessário esforço de consolidação orçamental em vários países da Zona Euro tornará mais lenta a recuperação económica, penalizando, consequentemente, a moeda europeia.

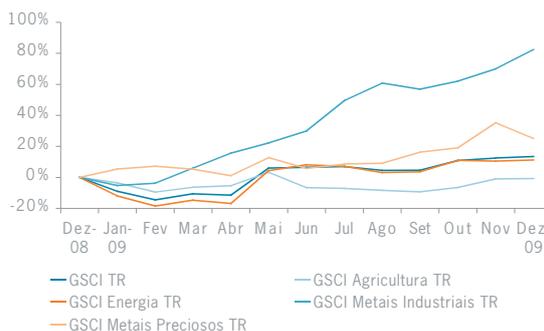
Evolução das Taxas de Câmbio



Mercado de Commodities

Tal como as Acções, também as *Commodities* registaram uma acentuada recuperação desde os mínimos de Março. Desde esta data, o índice S&P GSCI Total Return valorizou cerca de 50% em USD. No entanto, a perspectiva de que a recuperação económica, em especial nos países desenvolvidos, será lenta, refreou o ritmo desta recuperação desde meados de Junho. Em termos acumulados, esta classe de activos encerrou o ano com uma valorização média de 13,5% em USD, impulsionada, em larga medida, pela subida média do preço dos metais industriais (+82,4%) e do petróleo (+77,9%). A excepção a esta recuperação generalizada foi o preço dos produtos agrícolas que, após queda registada em 2008 (-28,2% em USD), terminou o ano praticamente inalterado (-0,8%).

Evolução das Matérias-Primas





Síntese da Actividade Desenvolvida

Indicadores Consolidados (Euros)	2005	2006	2007	2008	2009
Margem Financeira	7.169.753	7.976.774	10.219.530	11.496.363	14.226.504
Resultados de Operações Financeiras	2.248.338	2.338.597	-5.108.166	-25.145.347	2.396.609
Comissões Líquidas	1.950.384	2.077.264	3.794.887	1.471.668	1.727.558
Outros Resultados de Exploração	78.831	33.661	-97.927	-41.688	340.985
Produto Bancário	11.447.306	12.426.296	8.808.324	-12.219.004	18.691.656
Custos com Pessoal	-3.068.526	-3.324.833	-3.404.588	-4.253.685	-4.083.916
Outros Gastos Administrativos	-2.012.137	-1.897.778	-2.357.505	-2.751.871	-2.961.261
Custos de Estrutura	-5.080.663	-5.222.611	-5.762.093	-7.005.556	-7.045.177
Amortizações	-312.677	-319.777	-409.885	-444.257	-474.246
Provisões e Imparidades Líquidas	-1.727.881	-876.393	1.070.084	-11.182.520	-1.974.930
Resultados antes de Impostos	4.326.085	6.007.515	3.706.430	-30.851.337	9.197.303
Resultados Líquidos	3.033.380	4.452.187	2.683.378	-23.310.679	5.115.469
Crédito Concedido Líquido	191.618.665	225.735.550	249.931.642	266.939.446	260.918.570
Recursos Captados	383.188.803	471.447.839	557.920.541	511.523.836	485.906.510
Capitais Próprios	57.543.278	62.476.598	61.558.953	42.533.285	55.840.488
Activo Líquido	453.887.208	548.900.555	630.419.088	575.427.506	547.546.903

Com as principais economias mundiais em recessão, o agravamento dos níveis de desemprego, e o conseqüente aumento do perfil de risco de uma parte substancial dos agentes económicos, o ano de 2009 caracterizou-se ainda por ser particularmente adverso para o sector bancário nacional e internacional.

Os custos de financiamento dos bancos mantiveram-se em níveis historicamente muito elevados, traduzindo a menor apetência dos investidores por dívida bancária. Não sendo imediatamente repercutível na totalidade dos Clientes, o crescimento destes custos tendeu a provocar uma degradação das margens financeiras.

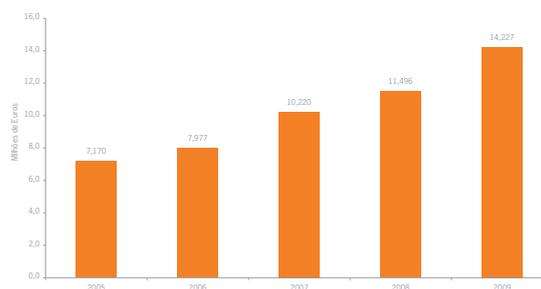
Pela positiva, assistiu-se a uma subida generalizada dos mercados accionistas, e ao regresso progressivo a um funcionamento mais regular dos mercados de dívida.

Neste difícil enquadramento, o Banco Invest evidenciou um desempenho francamente positivo, alcançando um resultado líquido de 5,1 milhões de euros, que se traduziu numa rentabilidade média líquida dos capitais próprios de 10,4%. No entanto, os capitais próprios gerados no exercício de 2009 foram significativamente superiores ao resultado líquido, ascendendo a 13,3 milhões de euros. Esta diferença reflecte a valorização da carteira de títulos do Banco registada como Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, que não tem contrapartida nos Resultados do Exercício, mas nas Reservas de Reavaliação.

Para o resultado alcançado contribuíram essencialmente três factores: o crescimento de 24% da Margem Financeira, o crescimento de 17% das Comissões Líquidas, e a contenção dos Custos de Estrutura, que não aumentaram mais do que 0,6%.

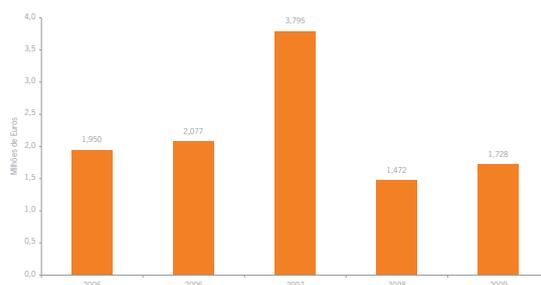
A Margem Financeira atingiu os 14,2 milhões de euros. O aumento desta componente do Produto Bancário ficou a dever-se à conjugação de vários factores: à subida dos *spreads* de crédito nas operações activas, ao facto do Banco ter uma parte significativa do seu *funding* contratado a longo prazo, e menos exposto ao aumento dos *spreads* de mercado, e ao ganho proporcionado pelo mismatch temporal entre os indexantes da carteira de crédito e os indexantes associados ao *funding* do Banco.

Evolução da Margem Financeira



As Comissões Líquidas cresceram para 1,7 milhões de euros, em resultado, por um lado, do aumento da actividade do Banco na área de Particulares, e por outro, do incremento da actividade junto dos Clientes Institucionais. Este crescimento é especialmente significativo porquanto em contra ciclo com o mercado.

Evolução das Comissões Líquidas



Procurando desenvolver os seus níveis de eficiência, mormente num enquadramento económico desfavorável, o Banco manteve uma política de controlo de custos criteriosa. Contudo, é de esperar um crescimento dos custos de estrutura no curto prazo, em resultado dos investimentos que o Banco tem em curso, no âmbito da sua estratégia de aumento da base de Clientes.

Os Resultados de Operações Financeiras cifraram-se em 2,4 milhões de euros, reflectindo essencialmente as valorizações obtidas, na Carteira de Negociação, de obrigações e CDS (*Credit Default Swaps*). As valorizações de títulos da Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, que não foram reflectidas em Resultados mas sim em Reservas, totalizaram 8,1 milhões de euros, líquidos de impostos.

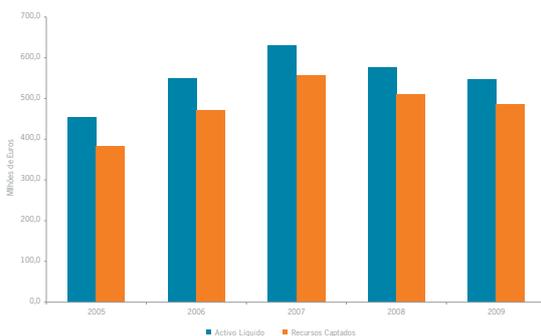
O facto destas variações patrimoniais serem tributadas, embora não estejam reflectidas nos Resultados, explica o elevado valor da taxa efectiva de IRC no exercício de 2009, que atingiu os 44%.





O Activo Líquido do Banco decresceu 4.8%, fruto do abrandamento verificado na actividade de concessão de crédito e da redução da carteira de títulos. Espelhando a confortável situação de liquidez do Banco, os recursos obtidos junto de Bancos Centrais e instituições de crédito registaram um decréscimo de 22%, e as disponibilidades e aplicações em instituições de crédito somaram 17,3 milhões de euros, registando um crescimento de 12%.

Activo Líquido e Recursos Captados



Reflectindo a solidez da estrutura financeira do Banco, o rácio de solvabilidade, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atingia, no termo do exercício, os 13,1%, bem como os rácios Core Tier I e Tier I, uma vez que o Banco não tem instrumentos híbridos de capital emitidos.

Actividade Desenvolvida

Empresas

A actividade do Banco Invest nesta área dirige-se sobretudo às pequenas e médias empresas nacionais, através da oferta de soluções específicas, não padronizadas, que possam acrescentar mais valor para o Cliente.

Constituindo equipas multidisciplinares que conjugam know-how oriundo de diversas áreas – de mercado de capitais, jurídica, de corporate finance, e de trading – o Banco consegue reunir um conjunto de valências que permitem construir soluções tecnicamente sólidas, e dirigidas às necessidades de cada Cliente. Por outro lado, o elevado grau de formação dos seus quadros, a vasta experiência que detêm, e a rapidez dos processos internos de decisão asseguram a qualidade dos serviços prestados.

A integração no Grupo Alves Ribeiro, grupo com cerca de 80 anos de experiência no mercado nacional, proporciona ao Banco uma visão aprofundada do tecido económico português e o acesso a um conjunto de interlocutores de relevo, que podem acrescentar valor em determinadas operações, nomeadamente na área de Corporate Finance.

Corporate Finance

A área de Corporate Finance do Banco Invest está centrada na prestação de serviços no domínio das fusões, aquisições e alienações de participações, e avaliações.

Durante o ano de 2009, o Banco Invest participou no consórcio de *Advisers* Financeiros ao agrupamento Altavia, candidato às 5 PPP's (Parcerias Público Privadas) para a construção, exploração e manutenção das infra-estruturas da futura rede ferroviária de alta velocidade.

O Banco manteve a actividade de assessoria às PME's nacionais em projectos de reestruturação económica, tendo sido assinados um protocolo com o IAPMEI para disponibilização aos clientes da linha PME Invest IV, e um protocolo de cooperação com a PME Investimentos no âmbito do FACCE – Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas.

Gestão de Risco

O Banco prosseguiu em 2009 a comercialização de produtos de cobertura e gestão de risco, nomeadamente risco de taxa de juro, risco cambial e de cotação de matérias-primas. A gama de produtos revelou-se completa e ajustada às necessidades dos Clientes. Com efeito, as reduzidas taxas de juro e a volatilidade do preço da generalidade das matérias-primas, verificadas ao longo de 2009, sublinharam a relevância e oportunidade de uma gestão activa do risco. Por outro lado, o compromisso do Banco em estruturar produtos *taylor made* tem sido reconhecido pelos Clientes, conforme o demonstra o crescimento desta actividade ao longo do exercício.

A actual oferta de produtos estende-se das simples fixações de preço (ou taxa de juro) aos produtos mais complexos, envolvendo estratégias com opções financeiras. Entre estes últimos, pelo sucesso registado ao longo de 2009, destaca-se o produto "Invest – Taxa Fixa Bonificada". Trata-se de um swap de taxa de juro que, pela utilização de opções financeiras, permite, para um determinado prazo, fixar a taxa de juro abaixo da respectiva taxa swap de mercado; como contrapartida, em caso de subida acentuada das taxas de juro, o Cliente volta a estar exposto a taxa variável pagando, no entanto, o indexante deduzido de uma bonificação.

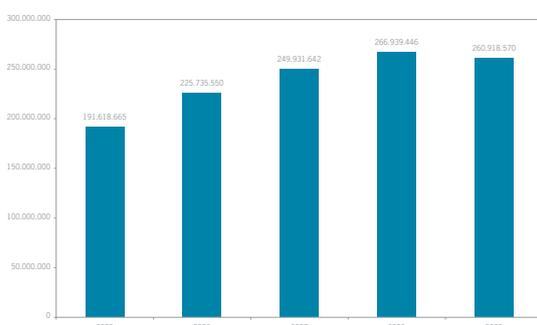
Crédito Especializado

Num ambiente económico pouco propício à expansão, que se consolidou a partir do último trimestre do ano de 2008, a actividade de crédito do Banco dirigida ao segmento das Empresas continuou, no ano de 2009, centrada na especialização operativa

consolidada ao longo dos anos. Desta forma, O Banco manteve o enfoque no apoio ao investimento das Empresas, Empresários e Profissionais Independentes, na aquisição de imóveis destinados a utilização profissional (estabelecimentos, escritórios, armazéns e naves industriais).

Neste quadro, assistiu-se a uma ligeira redução do valor da carteira de crédito total – não considerando o crédito titulado por valores mobiliários – que acaba por reflectir uma atitude mais restritiva na aprovação das operações de crédito, em resposta à degradação do perfil de risco empresarial.

Crédito líquido não representado por valores mobiliários



A carteira de crédito apresenta uma elevada dispersão, com uma operação média em torno dos 300.000 euros, composta essencialmente por contratos validados por intervenção notarial e na sua maioria sujeitos a registos de natureza predial.

Crédito vincendo não representado por valores mobiliários - distribuição por produtos

Tipo de Crédito	Montante	%
Habitação	3.296.371	1%
Mútuo	108.054.590	43%
Leasing Imobiliário	110.920.230	44%
Leasing Mobiliário	382.433	0%
Contas correntes	23.660.825	9%
Outros empréstimos	6.181.535	2%
Total	252.495.984	100%

A quase totalidade da carteira de crédito está suportada por garantias reais, encontrando-se assim bastante limitadas as potenciais perdas provenientes do eventual incumprimento dos devedores. De facto, no final do exercício, 97% da carteira de crédito estava coberta por garantias reais, sendo que o montante do capital em dívida não ultrapassava os 55% do valor de mercado das garantias totais associadas (loan-to-value). Adicionalmente, o Banco dispõe ainda, na grande maioria das operações, de garantias pessoais dos respectivos devedores ou garantes.

Carteira total de crédito vincendo não representado por valores mobiliários

Tipo de crédito	Capital em dívida	Tipo de Garantia			
		Imobiliária	Outras Garantias	Penhor Financeiro	Garantias Totais
Com garantias					
Habitação	3.850.926	7.228.267		304.945	7.533.212
Mútuo	105.231.825	154.138.065	49.855.052	10.119.609	214.112.726
Leasing Imobiliário	110.920.229	196.277.942		2.463.721	198.741.663
Leasing Mobiliário	382.433		398.000		398.000
Contas correntes	19.482.321	3.823.669		13.555.937	17.379.606
Outros empréstimos	5.985.703			11.304.214	11.304.214
Sem Garantias					
Mútuo	1.463.704				0
Contas correntes	5.178.843				0
Total	252.495.984	361.467.943	50.253.052	37.748.426	449.469.421



Particulares

Especializado nos serviços financeiros que estão para além do relacionamento bancário do dia-a-dia, o Banco Invest propõe aos seus Clientes Particulares um conjunto de soluções diversificadas, flexíveis e tecnicamente evoluídas, que a banca tradicional, com uma oferta necessariamente mais padronizada, não está vocacionada para oferecer.

Private Banking

Nesta área, os Clientes têm à sua disposição um conjunto de alternativas de investimento, e podem optar por diversas formas de relacionamento com o Banco, em função dos montantes, dos conhecimentos financeiros e da disponibilidade de tempo para dedicar à gestão das suas poupanças.

Em 2009, registou-se uma valorização generalizada do património financeiro dos Clientes, como consequência da aquisição de obrigações "Corporate" no quarto trimestre de 2008. Ao longo do ano, o Banco recomendou o aumento de exposição ao risco acções, oferecendo para o efeito várias alternativas, desde o investimento directo em acções ou ETF's (*exchange traded funds*) aos produtos estruturados com capital protegido e remuneração indexada aos principais mercados accionistas.

Gestão de Activos

O Banco oferece aos seus Clientes Particulares um alargado conjunto de produtos, abrangendo diferentes categorias de risco, liquidez e horizonte temporal de investimento. A oferta disponibilizada vai desde a Gestão Discricionária ao investimento directo em produtos transaccionados em bolsa, passando pelos produtos estruturados e fundos de investimento próprios e de terceiros. Para os Clientes que desejam uma maior intervenção na gestão das suas poupanças, mantendo contudo um aconselhamento profissional, o Banco disponibiliza ainda um serviço de *Advisory*. Este produto permite o acesso à composição das carteiras geridas pelo Banco e às alterações efectuadas periodicamente, deixando ao Cliente a decisão da respectiva implementação.

Entre os produtos geridos e estruturados pelo Banco, destacam-se os seguintes:

- O Fundo **Alves Ribeiro PPR**, que em 2009 se confirmou como o melhor fundo entre os comparáveis e disponíveis no mercado. Após a extrema volatilidade ocorrida no final de 2008 e início de 2009, o Banco soube aproveitar as boas oportunidades de investimento que foram

surgindo, proporcionando ao Fundo um ano excepcionalmente positivo (30,8%). Desde o início de actividade do Fundo, em Novembro de 2001, a rentabilidade média anualizada é de 5,0%, líquida de comissões e impostos;

- O Fundo **Alves Ribeiro – Médias Empresas Portugal**, que voltou a evidenciar-se como um dos melhores fundos de acções nacionais do mercado. O Fundo terminou o ano com uma rentabilidade de 44,6%, contra os 33,5% do índice PSI-20. Desde a constituição do Fundo, em Abril de 1999, a rentabilidade total ascende a 45,4%. No mesmo período, o índice de referência nacional desvalorizou 16,4%;
- O serviço especial **Probolsa Trading**, que consiste na gestão discricionária de carteiras de acções numa perspectiva de *trading* de curto prazo. A rentabilidade média obtida em 2009 ascendeu a 60,3%, contra os 25,6% do índice MSCI World (em euros). Desde o início do produto, em Julho de 2004, a rentabilidade média total situa-se nos 24,3%, substancialmente acima da do *benchmark* (5,8%);
- A carteira de gestão discricionária **Invest – Crescimento Dinâmico**, com uma rentabilidade de 20,7% em 2009, líquida de comissões. No mesmo período, a rentabilidade do respectivo *benchmark* foi de 17,4%. O objectivo do investimento é a valorização a médio e longo prazo do capital aplicado, através de uma carteira composta maioritariamente por acções. O universo de investimento é global e a abordagem, sempre que possível, multi-gestor, com base num trabalho sistemático de selecção e acompanhamento dos melhores fundos de investimento, incluindo *exchange traded funds*;
- O produto **estruturado Invest – Índices Mundiais (ser. 2)**, aplicação a doze meses, com capital garantido e que se venceu em 2009 com uma rentabilidade de 10,0% (TANB);
- O produto estruturado **Invest – Europa 2011 (ser. 09/2)**, aplicação a vinte e quatro meses, com garantia de 95% do capital investido e remuneração indexada ao índice accionista EuroStoxx-50. O produto, lançado em Maio último, terminou o ano com uma rentabilidade anualizada de 11,0%.

Durante o ano de 2009, o Banco lançou quinze novos produtos estruturados, com remuneração indexada a acções individuais, índices de acções, *exchange traded funds* e taxas.



Corretagem

Depois de um desempenho extremamente negativo, em 2008, dos principais índices de acções de todo o mundo, assistiu-se em 2009 ao início da recuperação da generalidade dos mercados accionistas. Contudo, a valorização dos índices não foi acompanhada por um aumento do volume de transacções nos principais mercados mundiais. No Euronext Lisboa, a redução dos volumes negociados foi de 42,4%, atingindo-se em termos acumulados, desde o final de 2007, uma quebra de 67,8%.

Com um serviço muito personalizado de corretagem em acções, obrigações e derivados, procurando sempre satisfazer a necessidades de cada Cliente, o Banco Invest conseguiu contrariar esta tendência, alcançando um acréscimo de 41,5% no volume de negócios de corretagem. Para atingir estes níveis de crescimento, voltou a revelar-se fundamental a qualidade do serviço prestado pelo Banco, destacando-se o relacionamento directo dos Clientes com os *traders*, o aconselhamento activo e o acesso às melhores oportunidades de investimento com base em informação fundamental e técnica, a gestão de ordens, análise de tendências, níveis de entrada e saída dos títulos, e a análise isenta e independente dos riscos envolvidos nas transacções.

No mercado americano, e em linha com o verificado no segundo semestre de 2008, o Banco continuou a registar um significativo aumento do volume transaccionado, alcançando um crescimento de 450% nas comissões de corretagem.

Crédito Especializado

Embora o Banco não tenha intervenção no designado crédito ao consumo, desenvolveu e tem em gestão corrente dois produtos específicos dirigidos a Clientes Particulares: as contas margem e o crédito com garantia de metais preciosos.

Orientadas para investidores no mercado de valores mobiliários, as contas margem permitem aos Clientes alavancar os seus fundos próprios sob penhor das respectivas carteiras, sendo, para o efeito, exclusivamente elegíveis títulos com liquidez e cotação em mercados oficiais.

A concessão de crédito com garantia de metais preciosos é essencialmente dirigida a Clientes que dispõem de uma parte relevante das suas poupanças investidas em metais preciosos, e que pretendem recorrer a esta reserva de valor para obter financiamento.

Institucionais

A vantagem competitiva do Banco Invest na prestação de serviços a Clientes institucionais assenta, por um lado, no elevado grau de especialização e na vasta experiência dos seus quadros, e por outro, na capacidade de estruturar soluções à medida das necessidades dos Clientes.

A estrutura organizacional do Banco, com poucos níveis hierárquicos e com uma administração muito participativa na gestão corrente do negócio, potencia decisões rápidas, muito valorizadas pelos Clientes, mesmo em operações mais complexas.

Nesta área, o Banco Invest oferece essencialmente serviços de corretagem, produtos estruturados, cobertura e gestão de riscos e custódia de fundos de investimento.

Corretagem

Estruturado para responder a investidores muito activos, e com um grau de exigência elevado, o serviço de corretagem oferecido pelo Banco Invest tem vindo a ganhar quota de mercado junto dos Clientes Institucionais. Por outro lado, o peso do segmento institucional no volume de negócios do Banco nesta área tem vindo a crescer, tendo já uma importância considerável.

Produtos Estruturados

O Banco posiciona-se como parceiro de vários Clientes Institucionais na estruturação de soluções de investimento eficientes e inovadoras para os respectivos Clientes. A oferta disponibilizada, sempre numa abordagem *taylor made*, inclui produtos sobre acções e índices de acções, taxas de juro e de câmbio e, ainda, *exchange traded funds* e matérias-primas. Ao longo do ano, foram originados vários produtos estruturados, na sua maioria sobre acções ou índices de acções e taxas de câmbio. Pela conjuntura favorável – recuperação dos mercados accionistas – suscitaram maior interesse as estruturas com risco de capital e possibilidade de alavancagem em caso de subida do indexante.

Gestão de Risco

A oferta do Banco Invest nesta área procura responder às necessidades de gestão e cobertura de riscos dos Clientes Institucionais com produtos personalizados e inovadores, em condições consideradas competitivas.

O leque de produtos estende-se da fixação de preço aos produtos mais complexos, com opcionalidade e rendibilidade condicional. O Banco procura ajustar a estruturação dos produtos às expectativas dos Clientes quanto à evolução dos activos subjacentes.



Custódia

O Banco Invest actua como banco depositário de fundos imobiliários e de fundos mobiliários, entre os quais fundos de capital de risco, fundos de tesouraria e um fundo de titularização de créditos.

No âmbito da prestação deste serviço, o Banco coloca à disposição dos seus Clientes os seus conhecimentos na estruturação e montagem dos fundos, procurando oferecer a solução mais adequada em função das especificidades de cada operação.

No término do exercício, o Banco Invest era depositário de 24 fundos, com activos de aproximadamente 400 milhões de euros.

Gestão de Riscos de Mercados – Carteira Própria

O Banco intervém de forma activa na gestão dos diversos riscos de mercado: acções, obrigações, investimentos alternativos, câmbios e respectivos derivados.

A gestão de riscos de mercado tem como objectivo essencial o aproveitamento das oportunidades que vão surgindo, quer nos mercados financeiros internacionais, quer no mercado doméstico. A Sala de Mercados não tem a obrigatoriedade de estar presente de forma contínua com posições no mercado.

O Comité de Investimentos do Banco, constituído por responsáveis das diferentes áreas envolvidas, define regularmente orientações globais sobre o posicionamento do Banco no plano interno e no plano internacional, cabendo depois à Sala de Mercados, dentro dos limites de risco definidos, a gestão da exposição do Banco a cada um dos mercados.

A definição dos limites de risco, globais e por trader ou estratégia, assenta em metodologias de *Value at Risk*, *rating*, *basis point value*, *stress tests* e limites de concentração por activo e por sector.

As várias estratégias de *trading* utilizadas, bem como a gestão dos limites de risco, têm em conta as correlações existentes entre as várias classes de activos e estilos de *trading*, de forma a reduzir a volatilidade do resultado global desta actividade. O

peso de cada estratégia na carteira global é gerido de forma dinâmica, em função das diferentes condições de mercado.



No ano de 2009, o VaR médio mensal total da Sala de Mercados foi de 3.065.854 euros. A descida significativa deste indicador ao longo do exercício ficou a dever-se fundamentalmente à redução da volatilidade dos mercados.

Gestão de Risco Acções

O Banco intervém no mercado de acções através da Carteira de Activos Financeiros Disponíveis para Venda (Carteira de Investimento) e da Carteira de Negociação (Carteira de *Trading*).

As aplicações efectuadas no âmbito da gestão da Carteira de Investimento são definidas e aprovadas pelo Comité de Investimentos do Banco, depois de fundamentadas na conjugação de uma análise macroeconómica, global e por região, com uma análise fundamental dos sectores e das empresas. Além de uma bateria de indicadores macroeconómicos e sectoriais, são seguidos modelos de avaliação de acções e de comparação entre retorno esperado de acções e obrigações.

As estratégias, os limites de risco e o orçamento da Carteira de *Trading* são aprovados antes do início do ano pelo Comité de Investimentos do Banco, podendo o gestor intervir no mercado, ao longo do ano, dentro dos parâmetros estabelecidos.

Em termos de títulos, o objectivo é ter uma carteira longa, podendo esta, em ocasiões menos favoráveis, não existir. Em termos de futuros, o Banco pode ter posições longas ou curtas, de acordo com as expectativas de evolução do mercado.

Durante o ano de 2009, o banco realizou uma reduzida actividade de *trading* de acções, explorando pontuais oportunidades de arbitragem que surgiram no mercado e mantendo as posições que detinha em



Dezembro de 2008. Esta decisão permitiu ao Banco beneficiar da subida generalizada verificada nos principais mercados internacionais.

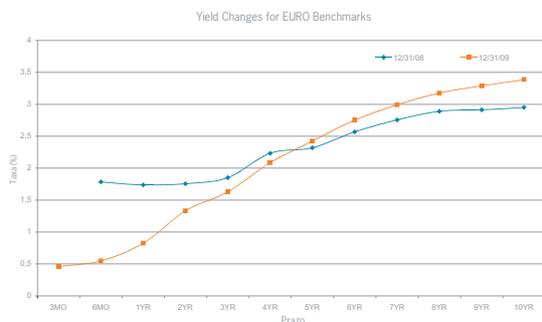
Em 2009, o VaR médio mensal da carteira de acções do Banco foi de 494.118 euros.



Gestão de Risco Taxa de Juro

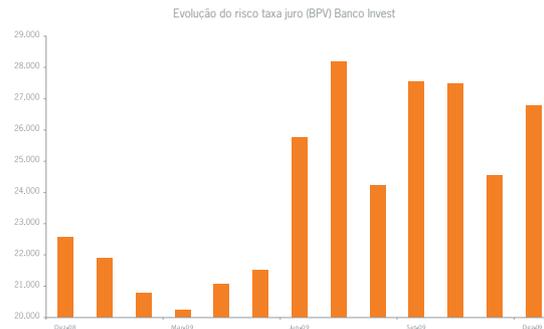
Ao longo do exercício de 2009, o Banco manteve uma carteira de títulos de dívida de empresas.

Este exercício caracterizou-se por uma descida assinalável das taxas de juro de curto prazo do Euro, registando-se, simultaneamente, uma subida ligeira das taxas de médio e longo prazo, traduzindo as crescentes expectativas de recuperação da actividade económica na Europa.



O Banco aproveitou o aumento verificado ao longo do ano no diferencial entre as taxas de curto e longo prazo para incrementar a sua exposição ao risco de taxa de juro. Este aumento, apesar de não ser muito significativo, permite proteger os resultados do Banco de uma eventual recuperação macroeconómica mais débil do que a esperada pela generalidade das instituições nacionais e internacionais. De facto, caso a recuperação económica seja mais lenta do que o previsto, as taxas de curto prazo subirão também mais lentamente, e o Banco beneficiará da sua exposição a taxas de prazo mais longo. Desta forma,

mitiga-se o risco de uma eventual queda da actividade operacional proporcionada por uma evolução macroeconómica abaixo das actuais expectativas. Se a recuperação da actividade macroeconómica for mais rápida do que o previsto, eventuais perdas que possam ocorrer por subidas de taxas de juro serão compensadas por um aumento da actividade operacional do Banco.



Com a gradual redução dos prémios de risco de mercado que se verificou ao longo do ano, a carteira do Banco registou uma valorização substancial. No entanto, não obstante a recuperação que se verificou no mercado obrigacionista, os *spreads* de crédito mantêm-se em níveis historicamente elevados. Continuam a surgir boas oportunidades de investimento, nomeadamente em dívida pública.

Apesar de ser ter assistido, no mercado, a uma queda generalizada das notações de *rating*, a carteira de obrigações do Banco manteve uma notação média de A-, sendo na sua grande maioria constituída por títulos *Investment Grade*.

Rating	% da Carteira	% Acumulada
AAA	11,4%	11,4%
AA	12,2%	23,6%
A	47,0%	70,6%
BBB	24,9%	95,5%
BB	1,6%	97,1%
B	1,7%	98,8%
Inferior a B	1,2%	100,0%



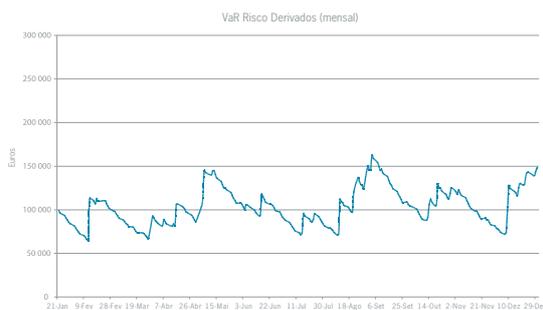
O valor global da carteira de títulos de dívida ascendia, no término do exercício, a 234,4 milhões de euros. O VaR médio mensal, no valor de 1.803.081 euros, foi diminuindo de forma regular durante o ano, acompanhando a normalização da actividade no mercado obrigacionista.



Gestão de Risco de Volatilidade

O Banco desenvolve uma actividade de gestão de opções e outros derivados, destinada a fazer a cobertura do risco dos Produtos Estruturados comercializados junto dos seus Clientes. Tratando-se de uma actividade de cobertura, o VaR das posições detidas tende a não oscilar significativamente.

No final do exercício de 2009, o montante global dos riscos geridos nesta actividade ascendia a 19,4 milhões de euros. Este valor deverá aumentar durante o ano de 2010, acompanhando um aumento previsível da volatilidade do mercado.



Em 2009, O VaR médio da carteira de Risco Retorno Absoluto foi de 103.034 Euros.

Gestão de Risco Cambial

A gestão cambial centra-se, essencialmente, na cobertura das posições em dólares. Em termos de exposição do Balanço do Banco, a actividade em moeda estrangeira continuou a ser muito reduzida.

Controlo de Riscos

O controlo de riscos no Banco Invest é assumido ao mais alto nível, sendo todos os limites de risco – de mercado, de crédito, de liquidez e operacional – definidos e aprovados em Conselho de Administração do Banco. Paralelamente, existem quatro órgãos funcionais – Comité de Investimentos, Direcção de Crédito, Direcção de Planeamento e Controlo e Direcção de Auditoria Interna – que se articulam de forma a controlar os processos de aprovação, procedimentos e circuitos de informação previamente definidos, garantindo o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Risco de Mercado

O controlo do risco de mercado destina-se a avaliar e monitorizar a desvalorização potencial dos activos do Banco, e consequente perda de resultados, causada pela ocorrência de um movimento adverso nos valores de mercado dos instrumentos financeiros, das taxas de juro e / ou das taxas de câmbio.

As carteiras de títulos do Banco estão segmentadas de acordo com os objectivos de investimento e respectivo tratamento contabilístico. O Banco calcula e monitoriza o risco de mercado de todas as carteiras que detém, definindo limites de risco por carteira, considerando os impactos potenciais de cada uma, quer nos resultados quer nos capitais próprios.

As regras de gestão sujeitam cada carteira a restrições quanto à sua dimensão, composição, e níveis de risco. Os limites de risco são definidos tanto para a exposição de crédito – concentração por país, sector de actividade e *rating* – como de mercado e de liquidez.

Para avaliação e quantificação do risco de mercado o banco utiliza os seguintes indicadores:

- *Value-at-Risk*, estimando para cada carteira, com um intervalo de confiança de 99%, a perda potencial máxima diária proveniente de variações adversas nos activos subjacentes. O *Value-at-Risk* tem em conta não só a volatilidade dos activos financeiros, mas também a correlação entre eles, e a distribuição das taxas de rentabilidade de cada um, determinando-se diariamente o risco assumido, por tipo de activo financeiro e pela carteira global do Banco;
- Present Value of Basis Point (BPV), que consiste em determinar a perda potencial nos resultados do Banco originada por uma variação de um ponto base nas taxas de juro.



Adicionalmente, o Banco recorre à realização periódica de *stress tests*, que consistem na simulação de cenários, históricos e ou hipotéticos, adversos à carteira detida, de forma a medir o seu impacto nos resultados.

O risco global da actividade de *trading* é minorado através da utilização de estratégias de diversificação por classe de activos tendo em conta as correlações entre os vários mercados e activos.

Os limites de VaR mensais, bem como os limites de concentração por mercado, por activo, por sector e por notação de *rating*, propostos pelo Comité de Investimentos e aprovados pelo Conselho de Administração, são diariamente monitorizados pela Direcção de Planeamento e Controlo. Também numa base diária, o Comité de Investimentos acompanha o *mark to market* de cada carteira, bem como a evolução do seu *Value-at-Risk*.

Risco de Crédito

O controlo do risco de crédito consiste na avaliação dos graus de incerteza e monitorização de eventuais perdas quanto à capacidade de um cliente/contraparte cumprir as suas obrigações contratuais. O risco de crédito assume na actividade bancária um carácter especial, não só pela sua materialidade mas também pela sua interligação com os outros riscos.

Na actividade de concessão de crédito, com vista a garantir uma correcta determinação do perfil de risco das operações, o processo de análise e deliberação perpassa, com pareceres autónomos, a área de análise de risco, a Direcção de Crédito e a Administração do Banco, sendo suportada numa bateria de elementos de informação externa e interna considerados pertinentes à fundamentada deliberação de qualquer proposta de crédito.

A consistência dos colaterais é determinada por avaliações sistemáticas conduzidas por técnicos externos devidamente credenciados, sendo sujeitas a reavaliações periódicas regulares. A integridade dos referidos colaterais é salvaguardada em apólices de seguro, cobrindo os riscos comuns, cuja suficiência em termos de capital e validade o Banco monitoriza em permanência.

As imparidades da carteira de crédito são apuradas mensalmente, com base numa análise colectiva da carteira de crédito, e na análise individual dos créditos de maior dimensão e daqueles que se encontram em situação de *default*. A imparidade nos créditos sujeitos à análise colectiva é apurada com base num modelo proprietário, que estima as probabilidades de *default* e o montante das perdas esperadas, com base na informação relativa ao comportamento da carteira no passado.

Periodicamente, são também elaborados, nos termos instituídos pelo Banco de Portugal, testes de esforço à carteira de crédito, visando analisar o impacto nas contas do Banco do movimento adverso de algumas variáveis consideradas sensíveis.

O risco de crédito da carteira de títulos é calculado e monitorizado com base na metodologia *Credit Value-at-Risk*. Através deste modelo, é calculada a perda máxima esperada, com um determinado nível de confiança, resultante da ocorrência de *defaults* na carteira. A perda máxima é calculada com base nas probabilidades de *default* e *recovery rate* (*loss given default*) históricas obtidas junto das principais agências de *rating* em títulos com notação de risco de crédito semelhante aos detidos em carteira.

Risco de Liquidez

O controlo do risco de liquidez destina-se a avaliar e monitorizar a possibilidade da ocorrência de uma perda resultante da incapacidade do Banco, num determinado momento, financiar os seus activos de forma a satisfazer os seus compromissos financeiros nas datas previstas.

O risco de liquidez é avaliado com base nos mapas de activos e passivos, que permitem monitorizar a evolução da tesouraria do Banco e determinar as necessidades de caixa ao longo de um período previsional de cinco anos.

Para financiar a sua actividade de curto prazo, e de forma a garantir uma gestão de liquidez com níveis de segurança adequados, o Banco tem linhas de mercado monetário interbancário e linhas de reporte de títulos negociadas com diversos bancos, nacionais e estrangeiros, para além da crescente captação de recursos de Clientes.

No exercício de 2009, o Banco manteve uma política comercial focada no alargamento da sua base de Clientes, que lhe permitiu aumentar o peso relativo dos depósitos na estrutura de financiamento do Banco. É expectável que esta tendência se venha a acentuar ao longo dos próximos anos.

Em Janeiro de 2009, aproveitando as condições especiais disponibilizadas pelo Estado português à banca nacional, o Banco Invest emitiu, em Janeiro de 2009, um empréstimo obrigacionista de 25 milhões de euros a prazo de três anos, e contraiu um financiamento de 25 milhões de euros a prazo de um ano, ambos com aval pessoal do Estado Português. Em Janeiro de 2010, o Banco reembolsou o mencionado financiamento de curto prazo.



Destaca-se ainda a utilização plena, em 2009, do programa de papel comercial (*asset-backed commercial paper*) negociado em Março de 2008. Esta fonte de financiamento confirma-se como uma alternativa muito competitiva, com o custo das emissões a fixarem-se sistematicamente abaixo da Euribor do prazo correspondente.

Actualmente, o Banco dispõe de níveis de liquidez confortáveis, e perfeitamente adequados ao desenvolvimento da sua actividade, continuando contudo a privilegiar a diversificação e captação de recursos para a instituição. No médio/longo prazo, o Banco apresenta uma situação estrutural confortável, uma vez que os seus activos de maturidade mais longa – crédito a Clientes – estão financiados a longo prazo, por via das operações de securitização.

Risco Operacional

O controlo do risco operacional tem por objectivo evitar possíveis falhas nos sistemas de controlo interno que possam dar origem à ocorrência de fraudes ou à realização de operações não autorizadas, assim como evitar que o resultado do Banco possa ser prejudicado pela ocorrência de um evento não inerente à sua actividade.

O Banco Invest tem implementados diversos mecanismos de controlo que lhe permitem mitigar o risco da ocorrência de perdas de natureza operacional, entre os quais se destacam:

- Código de Conduta e Regulamento Interno do Banco;
- Manuais de procedimentos;
- Controlos de acessos, físicos e lógicos;
- Relatórios de excepção;
- Planeamento de contingências.

São intervenientes com especial relevância no controlo do risco operacional o Conselho de Administração, o Departamento de Contabilidade e Controlo, a área de Compliance e o Departamento de Auditoria Interna.

Numa base diária, a Direcção de Planeamento e Controlo avalia as responsabilidades de cada área funcional para com as respectivas contrapartes, e confirma o cumprimento dos limites estabelecidos, e os níveis de autorização utilizados na aprovação das operações.

Regularmente, realizam-se auditorias internas com vista a avaliar os sistemas de controlo implementados, de forma a garantir o cumprimento dos Manuais de Procedimentos, e reduzir a probabilidade da ocorrência de erros no registo e contabilização das diversas operações.

Resultados Apurados e sua Aplicação

As contas do exercício a seguir apresentadas traduzem a actividade desenvolvida pelo Banco Invest, dentro da orientação traçada, e a sua incidência na situação patrimonial e nos resultados apurados.

As Demonstrações Financeiras foram objecto de revisão por uma sociedade de auditoria externa, que sobre elas emitiu o parecer sem reservas à frente apresentado.

Os resultados líquidos atingiram os 5.493.941 Euros. Para eles se propõe a seguinte aplicação:

Resultados Transitados 5.493.941 Euros

Agradecimentos Devidos

O Conselho de Administração entende deixar registada uma palavra de apreço e agradecimento:

- A todos os Clientes, pela preferência e confiança demonstradas, que constituem o maior estímulo para enfrentar os desafios que se lhe deparam;
- Ao Banco de Portugal e à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, pela atenção dispensada ao Banco;
- À Mesa da Assembleia Geral, em especial ao seu Presidente, pela disponibilidade demonstrada no desempenho de tão importantes funções;
- Ao Conselho Fiscal, e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pela colaboração e apoio à condução das actividades do Banco;
- Àqueles colaboradores que se entregaram, com sentido de responsabilidade e espírito de dedicação, à consecução dos objectivos delineados e ao respeito pelos valores éticos, humanos e empresariais internamente assumidos e partilhados.

Lisboa, 18 de Março de 2010

O Conselho de Administração

4. Demonstrações Financeiras



Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008



(Euro)

	Notas	2009	2008
Juros e rendimentos similares	27	24.866.630	46.328.196
Juros e encargos similares	28	(10.640.126)	(34.831.833)
MARGEM FINANCEIRA		14.226.504	11.496.363
Rendimentos de instrumentos de capital	29	31.743	5.255
Rendimentos de serviços e comissões	30	2.362.137	2.026.735
Encargos com serviços e comissões	31	(634.579)	(555.067)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	32	4.387.868	(23.629.152)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	33	(1.665.986)	(1.429.104)
Resultados de reavaliação cambial	34	92.453	(92.346)
Resultados de alienação de outros activos	35	(449.469)	-
Outros resultados de exploração	36	340.985	(41.688)
PRODUTO BANCÁRIO		18.691.656	(12.219.004)
Custos com pessoal	37	(4.083.916)	(4.253.685)
Gastos gerais administrativos	38	(2.961.261)	(2.751.871)
Amortizações do exercício	12 e 13	(474.246)	(444.257)
Provisões, líquidas de reposições e anulações	21	26.177	(1.498.616)
Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações	21	(2.208.342)	(2.611.456)
Imparidade de outros activos financeiros, líquida de reversões e recuperações	21	843.672	(7.043.414)
Imparidade de outros activos, líquida de reversões e recuperações	21	(636.437)	(29.034)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		9.197.303	(30.851.337)
Impostos			
Correntes	14	(427.976)	(258.045)
Diferidos	14	(3.606.575)	7.798.703
RESULTADO APÓS IMPOSTOS ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS		5.162.752	(23.310.679)
Resultado atribuível a interesses minoritários	26	(47.283)	-
RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		5.115.469	(23.310.679)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



Demonstração do rendimento integral consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Euro)

	2009	2008
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	5.162.752	(23.310.679)
Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda:		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda	10.111.794	(20.228.160)
Impacto fiscal	(2.584.078)	5.131.210
Transferência para resultados por imparidade	(843.672)	7.043.414
Impacto fiscal	210.918	(1.760.854)
Transferência para resultados por alienação	1.665.986	1.429.104
Impacto fiscal	(416.497)	(357.276)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	8.144.451	(8.742.562)
Rendimento integral consolidado antes de interesses minoritários	13.307.203	(32.053.241)
Interesses minoritários	(47.283)	-
Rendimento integral consolidado	13.259.920	(32.053.241)

○ Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

Demonstração das alterações no capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Euro)

	Reservas de reavaliação				Outras reservas e resultados transitados							Total	
	Capital	Reservas de justo valor	Impostos diferidos	Impostos correntes	Total	Reserva Legal	Reserva Livre	Reserva de Fusão	Resultados transitados	Total	Resultado do exercício		Interesses minoritários
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	47.500.000	(2.932.146)	770.018	-	(2.162.128)	946.420	7.612.024	574.221	4.366.891	13.499.556	2.683.378	38.100	61.558.906
Aplicação do lucro do exercício de 2007:													
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	155.658	1.400.927	-	1.126.793	2.683.378	(2.683.378)	-	-
Aumento de capital	12.000.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.000.000
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.027.620	1.027.620
Rendimento integral do exercício	-	(11.755.642)	2.183.950	829.130	(8.742.562)	-	-	-	-	-	(23.310.679)	-	(32.053.241)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	59.500.000	(14.687.788)	2.953.968	829.130	(10.904.690)	1.102.078	9.012.951	574.221	5.493.684	16.182.934	(23.310.679)	1.065.720	42.533.285
Aplicação do lucro do exercício de 2008													
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.310.679)	(23.310.679)	23.310.679	-	-
Rendimento integral do exercício	-	10.934.108	(2.789.657)	-	8.144.451	-	-	-	-	-	5.115.469	47.283	13.307.203
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	59.500.000	(3.753.680)	164.311	829.130	(2.760.239)	1.102.078	9.012.951	574.221	(17.816.995)	(7.127.745)	5.115.469	1.113.003	55.840.488

O Anexo faz parte integrante destes balanços.





Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

(Euro)

	2009	2008
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de juros e comissões	27.828.654	48.704.165
Pagamentos de juros e comissões	(11.784.690)	(39.399.272)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(7.004.885)	(7.684.650)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(195.846)	(896.278)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	(1.232.548)	(2.881.250)
Resultados operacionais antes das alterações nos activos operacionais	7.610.685	(2.157.285)
(Aumentos) / diminuições de activos operacionais:		
Activos financeiros detidos para negociação	(13.403.155)	1.920.083
Activos financeiros disponíveis para venda	13.924.294	(29.612.983)
Aplicações em instituições de crédito	-	66.992.294
Crédito a clientes	17.456.468	(19.056.922)
Investimentos detidos até à maturidade	15.980.679	(1.590.276)
Activos não correntes detidos para venda	(4.569.556)	854.080
Outros activos	5.006.810	1.762.603
	34.395.540	21.268.879
Aumentos / (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	(44.000.000)	49.000.000
Recursos de outras instituições de crédito	(5.867.891)	(144.779.090)
Recursos de clientes	7.258.548	(3.891.548)
Responsabilidades representadas por títulos	20.471.903	51.690.742
Outros passivos	(15.305.085)	11.037.802
	(37.442.525)	(36.942.094)
Caixa líquida das actividades operacionais	4.563.700	(17.830.500)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aquisições e alienações de activos tangíveis e intangíveis	(1.168.168)	(742.118)
Caixa líquida das actividades de investimento	(1.168.168)	(742.118)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital	-	12.000.000
Caixa líquida das actividades de financiamento	-	12.000.000
Aumento / (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	3.395.532	(6.572.618)
Caixa e seus equivalentes no início do período	15.480.263	22.052.881
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18.875.795	15.480.263
	3.395.532	(6.572.618)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

5. Anexo às Demonstrações Financeiras





1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Invest, S.A. (Banco) é uma sociedade anónima, com sede social em Lisboa, constituído em 14 de Fevereiro de 1997 com a denominação de Banco Alves Ribeiro, S.A., tendo iniciado a sua actividade em 11 de Março de 1997. A constituição do Banco foi autorizada pelo Banco de Portugal em 4 de Dezembro de 1996. Em 16 de Setembro de 2005, o Banco alterou a sua denominação social para a actual.

O Banco tem por objecto social a realização das operações e a prestação de serviços financeiros conexos com a latitude consentida por lei. Dedicar-se essencialmente à actividade de gestão de activos, mercado de capitais, crédito e capital de desenvolvimento.

Para a realização das suas operações o Banco dispõe de cinco balcões, localizados em Lisboa, Porto, Braga, Aveiro e Leiria.

O Banco detém a totalidade do capital social da Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Invest Gestão de Activos). Esta sociedade foi constituída em 11 de Fevereiro de 1998 e tem como objecto social a administração e gestão, em representação dos participantes, de fundos de investimento mobiliário.

Actualmente o Banco tem em actividade duas operações de titularização de créditos:

- AR Finance 1 - realizada no exercício de 2003, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance FTC) e o AR Finance 1 plc, sociedade de responsabilidade limitada sediada na República da Irlanda;
- Invest Finance 1 – realizada no exercício de 2008, no âmbito da qual foram constituídos o Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo (Invest Finance FTC) e o Invest Finance 1 Portugal BV, sociedade de responsabilidade limitada sediada na Holanda.

No exercício de 2008, foi constituído o Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo (Fundo Tejo), gerido pela Invest Gestão de Activos, que tem como actividade principal a compra de imóveis para posterior alienação ou arrendamento.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18 de Março de 2010.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 do Banco Invest e das entidades incluídas no seu perímetro de consolidação estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco Invest admite que as demonstrações financeiras utilizadas na preparação das contas consolidadas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2009 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco Invest e as das entidades por si controladas, directa ou indirectamente (Nota 3), incluindo entidades de propósito especial.

A nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o Banco Invest exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, o



Banco inclui no seu perímetro de consolidação as entidades de propósito especial criadas no âmbito das operações de titularização acima referidas, uma vez que sobre estas entidades é exercido um controlo financeiro e operacional efectivo e que o Banco detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global, tendo sido eliminadas as transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação. Adicionalmente, quando aplicável, foram efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco Invest e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

2.3. Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Activos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção. Quando do reconhecimento inicial, estes activos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui activos financeiros detidos para negociação, os quais incluem essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, na rubrica de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

ii) Empréstimos e contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou pela alienação de bens, os quais se encontram registados em "Outros activos".



Adicionalmente, esta rubrica inclui títulos que foram reclassificados em 2008 das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na sequência da aplicação da Emenda da IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável e fixo não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na “Reserva de justo valor”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Esta categoria inclui activos financeiros que foram reclassificados em 2008 da rubrica de “Activos financeiros ao justo valor por resultados” na sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram transferidos pelo seu justo valor determinado com referência a 1 de Julho de 2008.

iv) Investimentos detidos até à maturidade

São investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, tendo o Banco a possibilidade e a intenção de os manter até ao seu reembolso.

No reconhecimento inicial estes activos são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Esta categoria é maioritariamente composta por activos financeiros que foram reclassificados das rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” na

sequência da aplicação da Emenda ao IAS 39 (Nota 42). Estes activos foram registados ao justo valor com referência a 1 de Julho de 2008 e subsequentemente encontram-se valorizados ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.



Justo valor

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor. O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros é determinado com base nos seguintes critérios:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;
- Cotações fornecidas por entidades independentes (bid prices), difundidos através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes e o índice denominado por Bloomberg Generic;
- Preços obtidos através de modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Reclassificação de activos financeiros

Após a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, referida na Nota 41, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Esta reclassificação apenas poderá ser efectuada em situações excepcionais, sendo que foi considerado que a situação presente, onde os mercados são caracterizados por uma significativa falta de liquidez é uma situação excepcional.

A reclassificação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber apenas é possível se o Banco tiver intenção e capacidade para manter os activos num futuro previsível ou até à sua maturidade. A transferência para a categoria de empréstimos e contas a receber só é permitida se o activo tivesse cumprido os requisitos para a classificação nesta categoria no reconhecimento inicial (entre outros, que não fosse transaccionado num mercado activo).

Na reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para outra categoria não são alterados os respectivos ganhos e perdas dos activos anteriormente registados em resultados. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o “deemed cost” do activo financeiro.

Na sequência da reclassificação de activos classificados como Activos financeiros detidos para negociação para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber, os mesmos passam a ser mensurados ao custo amortizado. O seu justo valor na data da reclassificação passa a ser o seu novo custo amortizado.

Com a alteração da IAS 39, também poderá ser efectuada a reclassificação de activos financeiros da categoria de disponíveis para venda para as categorias de detidos até à maturidade e de empréstimos e contas a receber. Nestes casos, os anteriores ganhos e perdas acumulados dos activos reclassificados são mantidos na reserva



de justo valor, sendo reclassificados para resultados: (i) de acordo com o método da taxa efectiva, no caso de activos financeiros com maturidade determinada, ou (ii) no momento em que os activos são vendidos ou quando é registada uma perda de imparidade associada aos mesmos. O justo valor na data da reclassificação passa a ser o novo custo amortizado dos activos.

Excepcionalmente, estas reclassificações puderam ser aplicadas com referência a 1 de Julho de 2008, tendo o Banco realizado diversas reclassificações no âmbito destas alterações ao IAS 39 (Nota 41).

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes, responsabilidades representadas por títulos e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

c) Derivados

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nocional.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e



- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

Derivados de negociação

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- Derivados contratados com o objectivo de “trading”.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros ao justo valor através de resultados” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

d) Imparidade de activos financeiros

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente as aplicações em instituições de crédito, crédito a clientes (títulos de dívida) e os investimentos detidos até à maturidade, e activos registados ao justo valor, nomeadamente os activos financeiros disponíveis para venda.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual, de acordo com a natureza dos activos:

Crédito a clientes

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo, e numa base colectiva quanto a activos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

De acordo com a Norma IAS 39, são considerados os seguintes eventos como sendo indícios de imparidade em activos financeiros mantidos ao custo amortizado:

- Incumprimento das cláusulas contratuais, como atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- Registo de situações de incumprimento no sistema financeiro;
- Existência de operações em vigor resultantes de reestruturações de créditos ou de negociações em curso para reestruturações de crédito;
- Dificuldades ao nível da capacidade dos sócios e da gestão, nomeadamente no que se refere à saída de sócios de referência ou dos principais quadros e divergências entre os sócios;



- Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- Diminuição da posição competitiva do devedor;
- Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal não será recuperado na totalidade.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os activos que não foram objecto de análise específica são incluídos numa análise colectiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares (nomeadamente com base nas características das contrapartes e no tipo de crédito). Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em activos com características similares.

Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade, são igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise colectiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Imparidade do crédito, líquida de reversões e recuperações", sendo reflectido em balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Instrumentos de dívida

No que se refere aos instrumentos de dívida o Banco definiu os seguintes eventos que podem constituir indícios de imparidade:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 70% do valor nominal;
- Rating inferior a BBB-, ou seja, Non investment grade;
- Deterioração significativa dos activos subjacentes em emissões de "Asset-backed Securities" (ABS) sem rating sempre que valorizados através de modelos internos, nomeadamente:
 - Aumento das delinquências;
 - Redução do "recover value" esperado;
 - Diminuição do "credit enhancement" em mais de 5 pontos percentuais.

O registo de imparidade deve ser efectuado sempre que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

- Evidente dificuldade financeira do emitente, nomeadamente quando se verificar qualquer dos seguintes acontecimentos:
 - Notação de rating igual ou inferior a CC na S&P e Fitch e Ca na Moody's.
 - Pela sua natureza particular, exceptuam-se os títulos de dívida subordinada, acções preferenciais, ou outras, em que ocorra a suspensão dos juros ou dos pagamentos de acordo com os termos e condições da emissão;
 - Reestruturação ou novação de dívida.
 - Não cumprimento de qualquer obrigação contratualmente definida no empréstimo;

- Redução do “credit enhancement” em mais de 50 pontos percentuais, da tranche detida em emissões de ABS, quando se tratar da penúltima tranche existente;



O Banco poderá ainda determinar a existência de imparidade noutras situações, caso obtenha fortes indícios de incumprimento do emitente, e desde que devidamente documentados.

Instrumentos de capital

Existe imparidade em instrumentos de capital quando se verifica alguns dos seguintes acontecimentos:

- Preço (ou valorização através de modelos internos) inferior a 50% do valor de compra;
- Situações em que o justo valor do instrumento de capital se mantenha abaixo do respectivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses;
- Nacionalização da empresa;
- Processo de falência;

Para os instrumentos de capital foram ainda definidos os seguintes critérios para identificação de títulos com indícios de imparidade:

- Justo valor inferior a 60% do valor de compra;
- Deixar de estar admitido à cotação em Bolsa de Valores;
- Existência de oferta pública de aquisição inferior ao preço de compra;
- Suspensão de resgates de unidades de participação;
- Existência de fraude contabilística;
- Redução de capital.

Para os títulos com indícios de imparidade o Banco constitui imparidade quando o Comité de Investimentos do Banco (CIB) após a análise dos mesmos conclua pela necessidade da sua constituição.

Activos financeiros ao custo amortizado

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Activos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na “Reserva de justo valor”.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor até que o activo seja vendido.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.



O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.5. Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

2.6. Outros activos tangíveis

Encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Gastos gerais administrativos".

As amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Mobiliário e material	8-10
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	5-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	8-10

Os terrenos não são objecto de amortização.



Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, nos termos da Norma IAS 36 – “Imparidade de activos” é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

2.7. *Locação financeira*

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como locatário

O Banco não realizou operações de locação financeira na óptica do locatário.

2.8. *Activos intangíveis*

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

2.9. *Impostos sobre lucros*

O Banco é detido em 98,82% pela Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., sendo tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) segundo o regime especial de tributação dos grupos de sociedades previsto no artigo 63º e seguintes do respectivo código, à taxa de 25% acrescida de Derrama, o que corresponde a uma taxa agregada de 26,5%. O perímetro do grupo abrangido pelo referido regime compreende as seguintes sociedades:

- Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.;
- Banco Invest, S.A.;
- Invest Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.;
- Motor - Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.;
- US - Motor – Comércio de Automóveis, S.A..

O lucro tributável do grupo do qual a Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. é a sociedade dominante é calculado pela soma algébrica dos lucros tributáveis e dos prejuízos fiscais apurados individualmente.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável, bem como de prejuízos fiscais reportáveis.



Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a imparidade e provisões não aceites para efeitos fiscais e diferimento de comissões.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

De acordo com o Artigo 14º da Lei das Finanças Locais, os municípios podem deliberar uma derrama anual, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC). Neste sentido, a taxa fiscal utilizada no cálculo dos impostos diferidos é de 25% sobre eventuais prejuízos fiscais reportáveis e 26,5% sobre as demais diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre os lucros do exercício.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.10. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos e encargos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras.

2.11. Benefícios a empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores.

O Banco não subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho em vigor para o sector bancário, estando os seus trabalhadores abrangidos pelo Regime Geral de Segurança Social. Por esse motivo, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.12. Comissões

Conforme referido na Nota 2.4., as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.



As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

2.13. Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados ao justo valor.

2.14. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

2.15. Estimativas contabilísticas críticas e aspectos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem as abaixo apresentadas.

VALORIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO TRANSACCIONADOS EM MERCADOS ACTIVOS

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.4.. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.4., a valorização destes instrumentos financeiros é determinada através do recurso a cotações fornecidas por entidades independentes e preços obtidos através de modelos internos de valorização.

DETERMINAÇÃO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Adicionalmente, durante o exercício de 2008, o Banco registou montantes significativos de activos por impostos diferidos, referentes na sua maioria a prejuízos fiscais reportáveis. A evidência de recuperabilidade destes activos por impostos diferidos está suportada por projecções preparadas pelo Conselho de Administração quanto à evolução futura dos resultados para efeitos fiscais (Nota 14).

DETERMINAÇÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efectuada pelo Banco Invest com base no reconhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade por análise colectiva é efectuada com base em parâmetros históricos determinados para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

O Banco Invest considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em contas as regras definidas pelo IAS 39.



O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos títulos registados nas rubricas “Crédito a clientes”, “Investimentos detidos até à maturidade” e “Activos financeiros disponíveis para venda”. A análise de imparidade é efectuada numa base individual, através da identificação de eventos que constituam indícios de imparidade e, quando aplicável, do cálculo da imparidade a registar (Nota 2.4 d)).

2.16. Adopção de novas Normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Em 2009 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009, desde que endossadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2009, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1/IAS 27 – Emendas (Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada)	1-Jan-09	Estas emendas abordam a mensuração do custo de investimentos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas na adopção inicial das IFRS e o reconhecimento do rendimento de dividendos provenientes de subsidiárias, nas demonstrações financeiras separadas da empresa-mãe.
IAS 32/IAS 1 – Emendas (Instrumentos financeiros com uma opção put e obrigações decorrentes de uma liquidação)	1-Jan-09	Estas emendas vieram alterar o critério de classificação de um instrumento financeiro entre instrumento de capital próprio e passivo financeiro, permitindo que alguns instrumentos financeiros que podem ser recomprados sejam classificados como instrumentos de capital próprio.
IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras (revisão)	1-Jan-09	A revisão de 2007 da IAS 1 introduziu alterações de terminologia, incluindo novas designações para as peças das demonstrações financeiras, assim como alterações ao nível do formato e conteúdo de tais peças.
IFRS 8 – Segmentos operacionais	1-Jan-09	A IFRS 8 consiste numa norma que trata exclusivamente de divulgações e que veio substituir a anterior IAS 14. A IFRS implicou uma redefinição dos segmentos relatáveis da entidade e da informação a relatar nos mesmos.
IFRS 7 – Emendas (Divulgações sobre mensurações pelo justo valor e sobre o risco de liquidez)	1-Jan-09	Estas emendas à IFRS 7 vêm alargar as divulgações requeridas relativamente ao justo valor de instrumentos financeiros e ao risco de liquidez.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2007	Várias (usualmente 1-Jan-09)	Este processo envolveu a revisão de 32 normas contabilísticas.

O efeito nas demonstrações financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, decorrente da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não foi significativo, salvo no que diz respeito às seguintes situações:



- “IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras”. Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 para o Banco são, entre outros, os seguintes:
 - Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) são apresentados:
 - Numa declaração única: demonstração de rendimento integral; ou
 - Em duas declarações (demonstração dos resultados e demonstração de rendimento integral). O Banco adoptou esta possibilidade nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2009.
 - Deixa de ser permitido apresentar os itens de “other comprehensive income” (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

Norma/interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão é de aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2009 e vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; e (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo.
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10	Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.
IFRIC 9 e IAS 39 – Emendas (Reavaliação de derivados embutidos)	Exercícios iniciados em ou após 30-Jun-09	Estas emendas vêm clarificar em que circunstâncias é permitida a reapreciação subsequente da obrigatoriedade de separação de um derivado embutido.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.



3. EMPRESAS DO GRUPO

Os principais dados sobre a actividade das subsidiárias do Banco, bem como o método de consolidação utilizado podem ser resumidos como segue:

Sociedade	Actividade	Sede	Participação efectiva (%)	Método de consolidação
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	Gestão de fundos de inv. mobiliário	Lisboa	100%	Integral
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
AR Finance 1, plc	Emissão de dívida	Irlanda	n.a.	Integral
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	Fundo de titularização de créditos	Lisboa	n.a.	Integral
Invest Finance BV	Emissão de dívida	Holanda	n.a.	Integral
Fundo Tejo	Compra e venda de imóveis	Lisboa	85%	Integral

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os dados financeiros mais significativos retirados das respectivas demonstrações financeiras estatutárias podem ser resumidos da seguinte forma:

Sociedade	2009			2008		
	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido	Activo líquido	Situação líquida	Resultado líquido
Invest Gestão de Activos - SGFIM, S.A.	1.430.034	1.407.432	54.065	1.377.195	1.353.367	99.665
Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo	60.354.019	58.037.971	(617)	69.145.327	66.401.273	(393.734)
AR Finance 1, plc	68.497.420	(1.627.030)	(858.817)	77.831.328	(768.376)	(808.575)
Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal Fundo	130.780.103	128.464.167	290.663	125.650.575	122.640.196	(1.160.364)
Invest Finance BV	130.076.599	61.400	17.200	124.617.757	44.900	26.900
Fundo Tejo	7.058.048	7.047.283	14.014	7.046.846	7.033.269	33.269
Fundo Galleon	-	-	-	9.887.721	9.859.744	(80.746)

No exercício de 2009 o Banco alienou a totalidade da participação detida no Fundo Galleon, pelo que este deixou de ser considerado no perímetro de consolidação do Grupo.

4. RELATO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

O Banco Invest adoptou os seguintes segmentos de negócio:

- Comercial
- Mercados

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

	2009		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	11.455.582	2.770.922	14.226.504
Rendimentos de instrumentos de capital	-	31.743	31.743
Resultados de serviços e comissões	1.727.558	-	1.727.558
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	4.387.868	4.387.868
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.665.986)	(1.665.986)
Outros resultados de exploração e outros	(248.740)	232.709	(16.031)
Produto bancário	12.934.400	5.757.256	18.691.656
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(5.283.883)	(1.761.294)	(7.045.177)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(355.684)	(118.562)	(474.246)
Provisões e imparidade	(1.499.315)	(475.615)	(1.974.930)
Resultado antes de impostos	5.795.518	3.401.785	9.197.303
Impostos	(3.145.608)	(888.943)	(4.034.551)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	2.649.910	2.512.842	5.162.752
Resultado atribuível a interesses minoritários	-	(47.283)	(47.283)
Resultado líquido do exercício	2.649.910	2.465.559	5.115.469
Activos financeiros detidos para negociação	-	27.838.202	27.838.202
Activos financeiros disponíveis para venda	-	71.259.779	71.259.779
Crédito a clientes	260.918.571	45.178.073	306.096.644
Investimentos detidos até à maturidade	-	99.719.586	99.719.586
Recursos de bancos centrais	-	90.292.361	90.292.361
Recursos de outras instituições de crédito	-	92.519.972	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	99.099.137	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	203.599.339	-	203.599.339

⁽¹⁾ Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.





	2008		
	Comercial	Mercados	Total
Margem financeira	9.514.739	1.981.624	11.496.363
Rendimentos de instrumentos de capital	-	5.255	5.255
Resultados de serviços e comissões	1.471.668	-	1.471.668
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	(23.629.152)	(23.629.152)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	(1.429.104)	(1.429.104)
Outros resultados de exploração e outros	(543.378)	409.344	(134.034)
Produto bancário	10.443.029	(22.662.033)	(12.219.004)
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos ⁽¹⁾	(5.371.000)	(1.634.556)	(7.005.556)
Amortizações do exercício ⁽¹⁾	(333.238)	(111.019)	(444.257)
Provisões e imparidade	(3.871.785)	(7.310.735)	(11.182.520)
Resultado antes de impostos	867.006	(31.718.343)	(30.851.337)
Impostos	(175.351)	7.716.009	7.540.658
Resultado líquido do exercício	691.655	(24.002.334)	(23.310.679)
Activos financeiros detidos para negociação	-	12.934.264	12.934.264
Activos financeiros disponíveis para venda	-	73.832.294	73.832.294
Crédito a clientes	267.461.319	58.970.780	326.432.099
Investimentos detidos até à maturidade	-	115.700.262	115.700.262
Recursos de bancos centrais	-	134.233.424	134.233.424
Recursos de outras instituições de crédito	-	98.927.879	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	91.998.714	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	183.081.033	-	183.081.033

⁽¹⁾ Estas rubricas são alocadas a cada um dos segmentos de acordo com a informação da contabilidade analítica disponível no Banco.

A totalidade da actividade do Banco Invest é desenvolvida em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	177.122	76.863
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	1.407.549	1.652.978
	1.584.671	1.729.841

Os depósitos à ordem no Banco de Portugal visam satisfazer as exigências de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos à ordem		
No país	5.244.641	966.457
No estrangeiro	12.046.483	12.783.965
	17.291.124	13.750.422

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro incluem 8.536.439 Euros e 9.383.724 Euros, respectivamente, relativos ao saldo da "Cash reserve account" mantida pelo AR Finance 1, plc junto do JP Morgan Chase Bank, para garantia do pagamento do capital e juros das "Floating rate notes" das classes A e B emitidas no âmbito da operação de titularização de créditos realizada pelo Banco (Notas 9 e 20).

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De outros residentes		
. De outros emissores públicos nacionais	4.017.200	-
. Instituições de crédito	5.128.210	-
De não residentes		
. Instituições de crédito	15.138.472	8.288.406
. Empresas	1.075.200	500.300
	25.359.082	8.788.706
<i>Juros a receber</i>	434.966	49.024
	25.794.048	8.837.730
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
. Acções	74.882	75.955
De não residentes		
. Acções	148.658	8.566
. Unidades de participação	843.933	1.573.546
. Outros	-	12.531
	1.067.473	1.670.598
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
Swaps		
. Divisas	3.830	-
. Taxa de juro	625.904	2.045.995
. Crédito	335.774	183.343
Opções	11.173	196.598
	976.681	2.425.936
	27.838.202	12.934.264



No exercício de 2008, o Banco transferiu para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda e investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação, uma vez que face às circunstâncias excepcionais originadas pela crise dos mercados financeiros, estes títulos deixaram de ser detidos com objectivo de venda no curto prazo. Esta rectificação foi efectuada ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 41).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2009	2008
<i>De outros residentes</i>		
. Instituições de crédito	4.000.000	-
. Outros Emissores Públicos	5.000.000	-
<i>De não residentes</i>		
. Instituições de crédito	18.000.000	11.242.000
. Empresas	3.000.000	3.000.000
	30.000.000	14.242.000

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as operações com instrumentos financeiros derivados encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.. Nestas datas, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2009			
	Montante nominal	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
				(Nota 17)
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Swaps				
De divisas	281.500	3.830	-	3.830
De taxa de juro	343.261.663	625.904	(211.846)	414.058
Sobre eventos de crédito	45.970.776	335.774	(113.906)	221.868
. Opções embutidas em depósitos estruturados	5.788.266	11.173	(66.884)	(55.711)
. Opções				
De cotações	25.000	-	(3.065)	(3.065)
	395.327.205	976.681	(395.701)	580.980
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	34.466.535	-	-	-
De cotações	2.435.366	-	-	-
De divisas	673.059	-	-	-
	37.574.960	-	-	-
	432.902.165	976.681	(395.701)	580.980



2008				
	Montante nocional	Valor contabilístico		
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação	Passivos detidos para negociação	Total
(Nota 17)				
Instrumentos financeiros derivados				
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>				
. Swaps				
De taxa de juro	347.672.787	2.045.995	(929.410)	1.116.585
Sobre eventos de crédito	50.592.728	183.343	(2.211.690)	(2.028.347)
. Opções embutidas				
em depósitos estruturados	3.998.462	330.932	(7.352)	323.580
. Opções				
De cotações e câmbios	850.000	(134.334)	(134.334)	(268.668)
	403.113.977	2.425.936	(3.282.786)	(856.850)
<i>Transaccionados em bolsa</i>				
. Futuros				
De taxa de juro	6.069.400	-	-	-
De cotações	2.506.213	-	-	-
De divisas	375.108	-	-	-
	8.950.721	-	-	-
	412.064.698	2.425.936	(3.282.786)	(856.850)

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o montante nocional de swaps de taxa de juro relativos a operações contratadas no âmbito das securitizações de créditos efectuados pelo Banco, ascende a 326.128.187 Euros e 322.672.787 Euros, respectivamente (Nota 9).



A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2009						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Swaps						
De divisas	281.500	-	-	-	-	281.500
De taxa de juro	-	-	-	245.762.191	97.499.473	343.261.663
Sobre eventos de créditos	2.500.000	-	-	43.470.776	-	45.970.776
	2.781.500	-	-	289.232.967	97.499.473	389.513.939
. Opções embutidas						
em depósitos estruturados	2.761.220	1.320.406	38.746	1.667.893	-	5.788.266
. Opções						
De cotações e câmbios	-	-	25.000	-	-	25.000
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	20.595.510	988.750	736.950	12.145.325	-	34.466.535
De cotações	2.435.366	-	-	-	-	2.435.366
De divisas	673.059	-	-	-	-	673.059
	23.703.935	988.750	736.950	12.145.325	-	37.574.960
	29.246.655	2.309.156	800.696	303.046.185	97.499.473	432.902.165
2008						
	<= 3 meses	> 3 meses <= 6 meses	> 6 meses <= 1 ano	> 1 ano <= 5 anos	> 5 anos	Total
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>						
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>						
. Swaps						
De taxa de juro	2.000.000	-	-	23.000.000	322.672.787	347.672.787
Sobre eventos de créditos	2.000.000	-	-	48.592.728	-	50.592.728
	4.000.000	-	-	71.592.728	322.672.787	398.265.515
. Opções embutidas						
em depósitos estruturados	708.149	611.170	335.839	2.343.304	-	3.998.462
. Opções						
De cotações e câmbios	-	850.000	-	-	-	850.000
<i>Transaccionados em bolsa</i>						
. Futuros						
De taxa de juro	6.069.400	-	-	-	-	6.069.490
De cotações	2.506.213	-	-	-	-	2.506.213
De divisas	375.108	-	-	-	-	375.108
	8.950.721	-	-	-	-	8.950.721
	13.658.870	1.461.170	335.839	73.936.032	322.672.787	412.064.698

A distribuição por tipo de contraparte das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 apresenta o seguinte detalhe:



	2009	2008
<i>Mercado de balcão (OTC)</i>		
Swaps		
De divisas	281.500	-
De taxa de juro		
. Instituições financeiras	343.261.663	347.672.787
Sobre eventos de crédito		
. Instituições financeiras	45.970.776	50.592.728
Opções embutidas em depósitos estruturados		
. Clientes	5.788.266	3.998.462
	395.302.205	402.263.977
Opções		
. De cotações	25.000	850.000
Transaccionados em bolsa		
Futuros		
. De taxa de juro	34.466.535	6.069.400
. De cotações	2.435.366	2.506.213
. De divisas	673.059	375.108
	37.574.960	8.950.721
	432.902.165	412.064.698



8. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	1.681.835	1.681.990
De outros residentes	1.494.954	-
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	2.228.574	2.206.347
. Outras obrigações	62.815.395	59.570.686
	68.220.758	63.459.023
<i>Instrumentos de capital</i>		
Emitidos por residentes		
. Valorizados ao justo valor	6.828.039	15.494.868
Emitidos por não residentes		
. Valorizados ao justo valor	2.204.002	1.289.094
	9.032.041	16.783.692
<i>Juros a receber</i>		
	1.050.826	1.477.901
	78.303.625	81.720.886
. Imparidade (Nota 21)	(7.043.846)	(7.888.592)
	71.259.779	73.832.294

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 21.

No exercício de 2008, o Banco aplicou a possibilidade introduzida pela alteração ocorrida na IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008, tendo realizado um conjunto de reclassificações de títulos. Desta forma foram transferidos títulos da carteira de disponíveis para venda para a carteira de empréstimos e contas a receber e da carteira de negociação para a de disponíveis para venda, tendo ainda sido transferidos alguns títulos para a carteira de investimentos detidos até à maturidade.

Estas reclassificações resultam essencialmente da alteração que ocorreu no período esperado para a detenção dos activos financeiros, que face às condições de mercado, passou a ser mais alargado. As divulgações relativas às reclassificações realizadas são apresentadas na Nota 41.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a rubrica “Instrumentos de capital – Emitidos por residentes”, inclui a participação no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado - Inspirar no montante de 3.323.385 Euros e 3.324.729 Euros, respectivamente, gerido pela Invest Gestão de Activos.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica “Instrumentos de capital – Emitidos por residentes”, inclui 9.524.152 Euros, correspondentes a uma participação na SPDH – Serviços Portugueses de Handling (SPDH), cuja alienação ocorreu no exercício de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o valor nominal dos instrumentos de dívida apresentava o seguinte detalhe:

	2009	2008
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De dívida pública portuguesa	1.600.000	1.600.000
De Outros Residentes		
. Instituições de Crédito	1.500.000	-
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	6.545.344	6.530.763
. Outras obrigações	67.563.244	72.435.109
	77.208.588	80.565.872





9. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Crédito interno securitizado:		
· Operações de locação financeira imobiliária	97.539.681	96.212.095
· Empréstimos a médio e longo prazo	89.516.229	94.106.575
	187.055.910	190.318.670
Crédito interno não securitizado:		
· Operações de locação financeira imobiliária	13.380.549	23.567.857
· Empréstimos a médio e longo prazo	21.834.732	26.979.836
· Créditos em conta corrente	23.660.825	14.316.558
· Operações de locação financeira mobiliária	382.433	405.717
· Descobertos em depósitos à ordem	4.628.204	2.626.898
· Outros créditos	1.542.374	376.460
	65.429.117	68.273.326
Crédito ao exterior:		
· Descobertos em depósitos à ordem	10.957	97
	252.495.984	258.592.093
Juros a receber	605.869	1.173.796
Outros créditos e valores a receber – títulos de dívida (Nota 42):		
De não residentes		
· Instituições de crédito	5.193.556	6.302.507
· Empresas	40.380.487	52.637.467
· Juros a receber	286.880	552.679
	45.860.923	59.492.653
Comissões associadas ao custo amortizado:		
· Despesas com encargo diferido	525.884	608.700
· Receitas com rendimento diferido	(217.040)	(194.429)
	308.844	414.271
Crédito e juros vencidos	16.763.108	14.491.738
	316.034.729	334.164.551
Imparidade (Nota 21)	(9.938.085)	(7.732.452)
	306.096.644	326.432.099

O movimento ocorrido na imparidade durante os exercícios de 2009 e 2008 é apresentado na Nota 21.



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica “Crédito interno securitizado” refere-se às operações de securitização realizadas pelo Banco e cujos detalhes dos créditos em carteira podem ser apresentados da seguinte forma:

	2009	2008
Operações de securitização:		
· AR Finance	58.072.099	67.086.107
· Invest Finance - Conduit	128.983.811	123.232.563
	187.055.910	190.318.670

As operações de securitização realizadas pelo Banco têm as seguintes características:

– *AR Finance*:

Em 19 de Dezembro de 2003 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de “cross default”, pelo montante de 100.007.912 Euros. Em Dezembro de 2004, de acordo com os termos da operação inicial, o Banco procedeu à venda de créditos adicionais no montante de 42.000.017 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos AR Finance 1 Fundo (AR Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Navigator, Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 19 de Dezembro de 2003. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao AR Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%.

O financiamento do AR Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de duas séries de unidades de titularização de créditos, fungíveis entre si, nos montantes de 100.000.000 Euros e 42.000.000 Euros, respectivamente, as quais foram integralmente subscritas pela Sociedade AR Finance 1 plc, sediada na República da Irlanda.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo AR Finance 1 FTC ao AR Finance 1 plc, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no AR Finance 1 plc, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo AR Finance 1 FTC.

O financiamento do AR Finance 1 plc foi assegurado através da emissão de obrigações com diferentes níveis de subordinação, de rating e consequentemente de remuneração. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a dívida emitida por esta entidade apresenta as seguintes características:

	Montante emitido	Montante em circulação		Data de reembolso	Data do “Step up”	Remuneração	
		2009	2008			Até à data do “Step up”	Após a data do “Step up”
Títulos adquiridos por entidades externas (Nota 21):							
Classe A	106.500.000	24.241.905	32.604.555	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,32%	Euribor 3 m + 0,64%
Classe B	35.500.000	35.500.000	35.500.000	Setembro de 2036	Setembro de 2008	Euribor 3 m + 0,09%	Euribor 3 m + 0,18%
	142.000.000	59.741.905	68.104.555				
Títulos adquiridos pelo Banco Invest:							
Classe C	11.360.000	8.428.995	8.636.372	Setembro de 2036	–	Taxa fixa de 19%	Taxa fixa de 19%
Certificados Residuais	1.200.000	1.200.000	1.200.000	Setembro de 2036	–	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada, líquida das restantes classes de obrigações	
	154.560.000	69.370.900	77.940.927				



As obrigações das Classes A e C emitidas em 2004 foram colocadas com prémios face aos respectivos valores nominais, nos montantes de 81.046 Euros e 218.452 Euros, respectivamente.

As obrigações das Classes A, B e C vencem juros trimestralmente em 20 de Março, Junho, Setembro e Dezembro de cada ano.

Conforme previsto no contrato da operação de securitização os "Spreads" das obrigações das Classes A e B aumentaram a partir de Setembro de 2008, originando um incremento do custo do financiamento a partir desta data.

As obrigações das Classes A e B têm ambas "Rating" AAA atribuído pelas agências Standard & Poor's e Moody's. Adicionalmente, o reembolso de capital e os juros das obrigações da Classe B encontram-se garantidos pelo "European Investment Fund".

O AR Finance 1, plc tem a opção de liquidar antecipadamente as obrigações das Classes A e B em qualquer data de pagamento de juros a partir de Setembro de 2006. Nesta situação, a carteira de créditos seria também recomprada antecipadamente. Adicionalmente, o Banco tem também a opção de recomprar antecipadamente a carteira de crédito a partir do momento em que o valor do capital em dívida seja igual ou inferior a 10% do montante da operação inicial.

As obrigações da Classe C, às quais não foi atribuído "Rating", e os certificados residuais foram integralmente adquiridos pelo Banco. O reembolso das obrigações da Classe C está dependente da variação da carteira de créditos, sendo efectuado o reembolso à medida que a carteira de créditos diminui, desde que o rácio entre o montante das obrigações por reembolsar e o montante da carteira de créditos não fique inferior a 12%. O valor de subscrição das obrigações da Classe C destinou-se à constituição de uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo AR Finance 1, plc para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores das obrigações das Classes A e B.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o capital vincendo resultante dos créditos cedidos ascendia a 58.072.099 Euros e 67.086.107 Euros, respectivamente.

- Invest Finance - Conduit

Em 13 de Março de 2008 o Banco realizou uma operação de titularização de créditos, no âmbito da qual alienou uma carteira de créditos constituída por operações de leasing imobiliário, créditos hipotecários e créditos associados a estas operações através de cláusulas de "cross default", pelo montante de 100.009.526 Euros. No exercício de 2009 o Banco reforçou a carteira de créditos securitizados, ascendendo a 31 de Dezembro de 2009 a 128.983.811 Euros.

Estes créditos foram vendidos pelo respectivo valor contabilístico ao Fundo de Titularização de Créditos Invest Finance 1 Portugal (Invest Finance 1 FTC), o qual é gerido pela Oceanus – SGFTC, S.A..

A gestão dos créditos cedidos continua a ser assegurada pelo Banco, nos termos de um contrato de gestão de créditos celebrado em 13 de Março de 2008. Todos os montantes recebidos ao abrigo dos contratos de crédito são entregues ao Invest Finance 1 FTC, sendo os serviços do Banco remunerados através de uma comissão calculada trimestralmente sobre o valor global dos créditos que integram o Fundo, com base numa taxa anual de 0,35%. Adicionalmente, o Banco recebe uma comissão de depositário do Invest Finance 1 FTC que corresponde a uma taxa anual de 1%.

O financiamento do Invest Finance 1 FTC foi assegurado através da emissão de papel comercial realizada pela Sociedade Invest Finance 1 Portugal BV, sediada na Holanda, no montante inicial de 93.008.859 Euros, reforçado posteriormente em 26.573.854 Euros, tendo sido reembolsados durante o ano de 2008 cerca de 4.770.754 Euros. Em 31 de Dezembro de 2009 o papel comercial emitido ascende a 118.921.069 Euros. A emissão de papel comercial tem montante máximo de 125.000.000 Euros.

As receitas emergentes dos créditos cedidos são integralmente distribuídas pelo Invest Finance 1 FTC à Invest Finance 1 Portugal BV, após dedução das comissões, despesas e encargos previstos no regulamento de gestão do Fundo. Desta forma, o risco de crédito inerente à posse dos créditos é reflectido no Invest Finance 1 Portugal BV, na sua qualidade de detentor da totalidade das unidades de titularização emitidas pelo Invest Finance 1 FTC.



No âmbito desta operação o Banco realizou uma aplicação subordinada junto do Invest Finance 1 Portugal BV, que corresponde a uma "Cash reserve account", cuja finalidade consiste em compensar qualquer insuficiência dos valores recebidos pelo Invest Finance 1 Portugal BV para fazer face aos pagamentos devidos aos detentores do papel comercial. A aplicação deve corresponder a pelo menos 7% do montante da carteira de crédito cedidos. Esta aplicação tem uma remuneração mensal, que corresponde essencialmente aos valores das receitas da Invest Finance 1 Portugal BV após dedução de todas as despesas decorrentes das operações da sociedade. Em 31 de Dezembro de 2009, o saldo desta aplicação ascendia a 10.056.879 Euros.

Dado a estrutura das operações realizadas implicar a manutenção pelo Banco da maior parte dos riscos associados à carteira de créditos cedidos e dos resultados gerados pela mesma, os créditos cedidos não foram desreconhecidos e as entidades de finalidade especial constituídas no âmbito das operações são incluídas no perímetro de consolidação do Banco. As obrigações emitidas no âmbito destas operações encontram-se registadas na rubrica "Responsabilidades representadas por títulos" (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais do crédito sobre clientes, incluindo o crédito securitizado e excluindo o crédito titulado e o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2009	2008
Até três meses	14.142.440	9.278.346
De três meses a um ano	27.865.344	5.772.200
De um ano a cinco anos	86.432.973	54.219.951
Mais de cinco anos	124.055.227	189.321.596
	252.495.984	258.592.093

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a antiguidade do crédito vencido tem a seguinte composição:

	2009	2008
Até três meses	310.018	998.706
De três meses a um ano	5.213.573	3.437.366
Mais de um ano	11.239.517	10.055.666
	16.763.108	14.491.738

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o crédito vincendo associado ao crédito vencido com antiguidade superior a 3 meses ascende a 26.085.220 Euros e 26.953.241 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição do crédito vencido de acordo com o tipo de garantia associada é a seguinte:

	2009	2008
Garantia hipotecária	15.933.780	13.870.191
Outras garantias reais	323.267	19.270
Garantia pessoal	266.585	362.898
Sem garantia	239.476	239.379
	16.763.108	14.491.738



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição do crédito vincendo e vencido e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

2009				
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	110.920.230	7.531.583	118.451.813	198.741.663
Empréstimos a médio e longo prazo	110.546.455	8.627.059	119.173.514	221.645.938
Créditos em conta corrente	24.465.331	6.823	24.472.154	17.379.606
Operações de locação financeira mobiliária	382.433	7.790	390.223	398.000
Outros créditos	1.542.374	589.853	2.132.227	2.155.311
Outros Créditos e valores a receber - títulos de dívida	45.574.043	-	45.574.043	-
Descoberto em depósitos à ordem	4.639.161	-	4.639.161	9.148.903
	298.070.027	16.763.108	314.833.135	449.469.421

2008				
	Vincendo	Vencido	Total	Justo valor das garantias associadas
<i>Crédito a clientes</i>				
Operações de locação financeira imobiliária	125.804.899	5.040.477	130.845.376	213.238.283
Empréstimos a médio e longo prazo	115.061.464	6.462.111	121.523.576	205.321.559
Créditos em conta corrente	14.316.558	-	14.316.558	6.895.537
Operações de locação financeira mobiliária	405.717	-	405.717	425.000
Créditos ao consumo	376.460	19.270	395.730	636.782
Outros Créditos e valores a receber - títulos de dívida	58.939.974	-	58.939.974	-
Descoberto em depósitos à ordem	2.626.995	2.969.880	5.596.875	-
	317.532.067	14.491.738	332.023.806	426.517.162

A composição da carteira de crédito sobre clientes, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, excluindo o crédito titulado, por sectores de actividade é a seguinte:



2009			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio, restaurantes e hotéis	83.199.262	4.432.295	87.631.557
Particulares	54.163.314	4.513.068	58.676.382
Actividades imobiliárias	50.009.327	2.696.931	52.706.258
Indústrias transformadoras	14.287.314	928.479	15.215.793
Construção	20.170.342	2.888.878	23.059.220
Actividades financeiras	11.042.434	354.193	11.396.627
Indústrias alimentares	5.141.576	152.774	5.294.350
Actividades recreativas, culturais e desportivas	5.860.361	5.413	5.865.774
Transportes	1.490.509	342.517	1.833.026
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	1.318.455	-	1.318.455
Indústria têxtil	1.165.486	421.559	1.587.045
Saúde e acção social	2.842.202	6.086	2.848.288
Educação	811.916	18.206	830.122
Administração pública, defesa e segurança	258.486	2.709	261.195
Outros	735.000	-	735.000
Total Crédito	252.495.984	16.763.108	269.259.092

2008			
	Crédito Vivo	Crédito Vencido	Total
Comércio, restaurantes e hotéis	74.791.513	1.876.152	76.667.665
Particulares	63.645.339	4.893.914	68.539.253
Actividades imobiliárias	45.108.629	1.260.224	46.368.853
Indústrias transformadoras	15.553.977	2.482.964	18.036.941
Construção	15.281.980	1.383.157	16.665.137
Serviços prestados às empresas	10.848.878	882.268	11.731.146
Actividades financeiras	10.078.750	-	10.078.750
Indústrias alimentares	11.113.208	638.822	11.752.030
Actividades recreativas, culturais e desportivas	3.601.841	-	3.601.841
Transportes	2.863.895	-	2.863.895
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	1.814.270	-	1.814.270
Indústria têxtil	1.433.512	1.074.237	2.507.749
Saúde e acção social	1.268.374	-	1.268.374
Educação	813.457	-	813.457
Administração pública, defesa e segurança	282.452	-	282.452
Outros	92.018	-	92.018
Total Crédito	258.592.093	14.491.738	273.083.831



Por forma a dar cumprimento com os requisitos de divulgação da IAS 17 – Locações, o Banco preparou para a carteira de crédito em operações de locação financeira, com referência a 31 de Dezembro de 2009, a reconciliação entre os pagamentos mínimos da locação e o seu valor presente, para cada um dos períodos definidos na norma, e que apresenta no seguinte quadro:

<i>Pagamento mínimos da locação</i>	
Até 1 ano	14.055.268
Entre 1 ano e 5 anos	43.677.164
Mais de 5 anos	89.713.154
	147.445.586
Rendimentos financeiros não obtidos	(36.525.356)
	110.920.230
<i>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação</i>	
Até 1 ano	9.751.670
Entre 1 ano e 5 anos	29.106.612
Mais de 5 anos	72.061.948
	110.920.230
Provisões para crédito de locação financeira	(3.948.371)
	106.971.859

Em 31 de Dezembro de 2009 a carteira de operações de locação financeira do Banco não contém contratos cujo valor residual não esteja garantido, nem existem rendas contingentes.

No exercício de 2008, no âmbito da alteração ao IAS 39, o Banco reclassificou activos financeiros das rubricas de “Activos financeiros detidos para negociação” e “Activos financeiros disponíveis para venda” para a rubrica de “Empréstimos e contas a receber”.

Os títulos reclassificados estão registados na rubrica “Crédito a clientes – títulos a receber” e apresentam a seguinte composição por tipo de títulos/sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2009 e 2008:

	2009	2008
Diversos (Asset-Backed Securities)	35.039.262	37.011.450
Actividades financeiras	5.839.871	5.627.501
Transportes	1.897.785	4.677.211
Electricidade	-	2.456.494
Telecomunicações	-	926.000
Outros	2.797.125	8.241.318
	45.574.043	58.939.974

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os títulos reclassificados apresentam a seguinte composição de acordo com o prazo até à sua maturidade:

	2009	2008
Até três meses	499.889	693.846
De três meses a um ano	987.523	497.276
De um ano a cinco anos	11.709.242	13.661.184
Mais de cinco anos	32.377.389	44.087.668
	45.574.043	58.939.974

10. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
. Instituições financeiras	6.996.656	6.994.607
De não residentes		
. Instituições financeiras	88.919.381	104.333.594
. Outros	2.916.512	2.893.972
	98.832.549	114.222.173
Juros a receber	887.037	1.478.089
	99.719.586	115.700.262

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o justo valor dos investimentos detidos até à maturidade ascendia a 100.950.481 Euros e 110.177.721 Euros, respectivamente (Nota 40).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os investimentos detidos até à maturidade apresentam a seguinte composição de acordo a sua maturidade:

	2009	2008
Até um ano	34.448.873	12.509.078
De um ano a cinco anos	65.270.713	91.236.626
Mais de cinco anos	-	11.954.558
	99.719.586	115.700.262

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de investimentos detidos até à maturidade um conjunto de títulos que estavam registados na carteira de activos financeiros disponíveis para venda, bem como activos financeiros detidos para negociação ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Nota 41). Estas transferências foram efectuadas por ser intenção do Banco deter os referidos títulos até à sua maturidade e que, considerando que as maturidades dos títulos ocorrerão até 2014, o Banco terá capacidade de assegurar essa detenção.

11. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Activos não correntes detidos para venda:		
. Imóveis	13.191.558	7.985.565
. Imparidade (Nota 23)	(985.901)	(349.464)
	12.205.657	7.636.101





O movimento desta rubrica durante os exercícos de 2009 e 2008 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31 de Dezembro de 2008					31 de Dezembro de 2009		
	Valor		Aquisições	Alienações	Dotações de Imparidade	Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade				Bruto	Imparidade	
	(Nota 21)					(Nota 21)		
Imóveis	7.985.564	(349.463)	6.580.917	(1.374.923)	(636.438)	13.191.558	(985.901)	12.205.657

	31 de Dezembro de 2007					31 de Dezembro de 2008		
	Valor		Aquisições	Alienações	Dotações de Imparidade	Valor		Valor líquido
	Bruto	Imparidade				Bruto	Imparidade	
	(Nota 21)					(Nota 21)		
Imóveis	5.188.430	(320.429)	3.712.127	(914.993)	(29.034)	7.985.564	(349.463)	7.636.101

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os imóveis recebidos em dação em cumprimento apresentam a seguinte composição, de acordo com a data da sua aquisição pelo Banco:

2009			
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2004	796.157	(40.208)	755.949
2004	662.885	(112.885)	550.000
2005	410.496	(96.122)	314.374
2006	824.024	(38.133)	785.891
2007	1.126.056	(50.609)	1.075.447
2008	3.058.589	(63.473)	2.995.116
2009	6.313.352	(584.471)	5.728.881
	13.191.558	(985.901)	12.205.657

2008			
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
anterior a 2004	787.012	(67.011)	720.001
2004	780.927	(153.927)	627.000
2005	478.568	(82.567)	396.001
2006	1.030.251	-	1.030.251
2007	1.196.681	(15.000)	1.181.681
2008	3.712.127	(30.959)	3.681.168
	7.985.565	(349.464)	7.636.101

12. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

Descrição	2009					Valor líquido 31-12-2009
	31 de Dezembro de 2008		Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Imóveis						
. De serviço próprio	705.227	(131.818)	-	(12.640)	-	560.769
. Despesas em edifícios arrendados	1.108.854	(637.874)	335.950	(60.351)	-	746.579
	1.814.081	(769.692)	335.950	(72.991)	-	1.307.348
Equipamento						
. Mobiliário e material	287.813	(194.105)	36.406	(18.852)	-	111.262
. Máquinas e ferramentas	87.331	(68.638)	7.179	(5.428)	-	20.444
. Equipamento informático	713.529	(593.784)	30.136	(70.505)	-	79.376
. Instalações interiores	346.920	(270.249)	79.622	(17.182)	-	139.111
. Material de transporte	932.428	(592.702)	111.508	(180.509)	(12.584)	258.141
. Equipamento de segurança	18.132	(11.326)	8.023	(1.599)	-	13.229
	2.386.153	(1.730.805)	272.874	(294.074)	(12.584)	621.564
Outros activos tangíveis						
. Património artístico	7.364	-	-	-	-	7.364
Activos tangíveis em curso	4.209	-	74.374	-	-	78.583
	4.211.807	(2.500.496)	683.198	(367.065)	(12.584)	2.014.859





2008						
Descrição	31 de Dezembro de 2007		Aquisições	Amortizações do exercício	Alienações e abates	Valor líquido 31-12-2008
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				
Imóveis						
. De serviço próprio	705.227	(119.178)	-	(12.640)	-	573.409
. Despesas em edifícios arrendados	708.448	(603.850)	400.406	(34.024)	-	470.980
	1.413.675	(723.028)	400.406	(46.664)	-	1.044.389
Equipamento						
. Mobiliário e material	255.537	(179.070)	32.276	(15.035)	-	93.708
. Máquinas e ferramentas	73.565	(60.071)	12.252	(7.053)	-	18.693
. Equipamento informático	625.785	(528.666)	87.744	(65.118)	-	119.745
. Instalações interiores	300.379	(262.762)	48.056	(9.002)	-	76.671
. Material de transporte	872.994	(443.834)	121.796	(204.964)	(6.266)	339.727
. Equipamento de segurança	18.132	(9.407)	-	(1.920)	-	6.805
	2.146.392	(1.483.810)	302.124	(303.092)	(6.266)	655.349
Outros activos tangíveis						
. Património artístico	7.364	-	-	-	-	7.364
Activos tangíveis em curso	3.030	-	1.179	-	-	4.209
	3.570.461	(2.206.838)	703.709	(349.756)	(6.266)	1.711.311

13. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009					
Descrição	31 de Dezembro de 2008		Aquisições	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
<i>Activos intangíveis</i>					
. Software	854.436	(695.682)	142.410	(107.181)	193.983
. Activos intangíveis em curso	47.837	-	342.561	-	390.398
	902.273	(695.682)	484.971	(107.181)	584.381
2008					
Descrição	31 de Dezembro de 2007		Aquisições	Amortizações do exercício	Valor Líquido
	Valor bruto	Amortizações acumuladas			
<i>Activos intangíveis</i>					
. Software	830.202	(601.181)	24.234	(94.501)	158.754
. Activos intangíveis em curso	14.282	-	33.555	-	47.837
	844.484	(601.181)	57.789	(94.501)	206.591



14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 eram os seguintes:

	2009	2008
<i>Activos por impostos diferidos</i>		
. Por prejuízos fiscais	2.829.380	8.900.692
. Por outras diferenças temporárias	1.531.821	1.919.684
	4.361.201	10.820.376
<i>Passivos por impostos diferidos</i>		
. Por diferenças temporárias	(232.430)	(295.374)
	4.128.771	10.525.002
<i>Activos e passivos por impostos correntes</i>		
. Imposto imputado	248.090	258.045
. Imposto corrente de exercícios anteriores	-	(829.130)
. Pagamentos por conta	-	(481.506)
. Retenções na fonte	(350)	(3.054)
	247.740	(1.055.645)

Em 31 de Dezembro de 2009 o Banco registou na rubrica “Passivos por impostos correntes – impostos sobre o rendimento a pagar” o montante de 416.371 Euros, relativo ao imposto do exercício das entidades que não são consideradas no perímetro fiscal da Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A., nomeadamente a Invest Finance FTC, Invest Finance BV e o Fundo Tejo.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos. As principais situações geradoras desses ajustamentos estão relacionadas com as Provisões não aceites fiscalmente nas contas individuais no Banco, nomeadamente, no âmbito do artigo 35º-A do Código de IRC não são aceites como custo fiscal do exercício as provisões para risco específico e risco-país no que respeita a créditos cobertos por direitos reais sobre bens imóveis e as provisões para riscos gerais de crédito.

Adicionalmente, no exercício de 2008, o Banco alterou o procedimento no que se refere ao reconhecimento fiscal das mais e menos valias potenciais registadas na Reserva de justo valor, respeitantes a instrumentos de dívida e unidades de participação em fundos de investimento, passando a considerá-las como custo ou proveito fiscal no momento em que são geradas. Esta alteração foi efectuada retrospectivamente aos exercícios de 2006 e 2007, tendo as correcções originado um imposto corrente a receber de exercícios anteriores no montante de 829.130 Euros o qual tinha anteriormente sido reflectido em impostos diferidos.



O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

2009				
	Saldo em	Varição em	Varição em	Saldo em
	31.12.2008	Resultados	Reservas	31.12.2009
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
- Provisões para crédito	1.180.639	209.490	-	1.390.129
- Provisões para risco país	(171.141)	827	-	(170.314)
. Valorização de derivados de negociação nas contas consolidadas	-	120.306	-	120.306
. Provisões para imóveis recuperados	34.307	(34.307)	-	-
. Ajustamentos de transição para NCA	(69.902)	34.522	-	(35.380)
. Mais valias em títulos detidos para negociação	429	214	-	643
. Provisões para outros riscos e encargos	397.133	(397.133)	-	-
. Activos disponíveis para venda - Reserva de justo valor				
. Por prejuízos fiscais	2.646.363	-	(2.503.438)	142.925
. Outros activos por impostos diferidos	307.605	-	(286.219)	21.386
. Por prejuízos fiscais	6.254.329	(3.567.874)	-	2.686.455
. Encargos com impostos diferidos - IRS de negociação	(54.760)	27.380	-	(27.380)
	10.525.002	(3.606.575)	(2.789.657)	4.128.771
2008				
	Saldo em	Varição em	Varição em	Saldo em
	31.12.2007	Resultados	Reservas	31.12.2008
. Diferencial entre imparidade e provisões deduzidas fiscalmente nas contas individuais:				
- Provisões para crédito	142.001	1.038.638	-	1.180.639
- Provisões para risco país	(239.737)	68.596	-	(171.141)
. Provisões para imóveis recuperados	16.474	17.833	-	34.307
. Ajustamentos de transição para NCA	(104.424)	34.522	-	(69.902)
. Valorização de derivados de negociação	(37.827)	37.827	-	-
. Mais valias em títulos detidos para negociação	(4.156)	4.585	-	429
. Provisões para outros riscos e encargos	-	397.133	-	397.133
. Activos disponíveis para venda - Reserva de justo valor				
. Por prejuízos fiscais	-	-	2.646.363	2.646.363
. Outros activos por impostos diferidos	770.018	-	(462.413)	307.605
. Por prejuízos fiscais	-	6.254.329	-	6.254.329
. Encargos com impostos diferidos - IRS de negociação	-	(54.760)	-	(54.760)
	542.349	7.798.703	2.183.950	10.525.002



Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2009	2008
<i>Impostos correntes</i>	427.976	258.045
<i>Impostos diferidos</i>		
Prejuízos fiscais reportáveis	3,567.874	(6.254.329)
Registo e reversão de diferenças temporárias	38.701	(1.544.374)
	3.606.575	(7.798.703)
Total de impostos reconhecidos em resultados	4.034.551	(7.540.658)
Resultados antes de impostos – Lucro/(Prejuízo)	9.150.020	(30.851.337)
Carga fiscal	44,10%	24,44%

Em 31 de Dezembro de 2009 o Banco apresenta cerca de 11.317.529 Euros de Prejuízos fiscais reportáveis, tendo apurado activos por impostos diferidos de 2.829.380 Euros. A recuperabilidade destes activos por impostos diferidos encontra-se suportada por um plano de negócios para os próximos exercícios elaborado pelo Conselho de Administração, de acordo com o qual o Banco irá gerar lucro tributável suficiente para permitir recuperar a totalidade dos activos por impostos diferidos por prejuízos fiscais nos prazos legalmente definidos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quanto a exercícios de reporte de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é de seis anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e da Invest Gestão de Activos relativas aos anos de 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável a eventuais correcções.

Contudo, na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.



A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2009 e 2008 pode ser demonstrada como segue:

	2009		2008	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		9.150.020		(30.851.337)
Imposto apurado com base na taxa nominal	26,50%	2.424.755	26,50%	(8.175.604)
Custos não aceites fiscalmente:				
Seguros	0,11%	9.900	(0,03%)	8.475
Reintegrações	0,09%	8.045	(0,03%)	10.385
Provisões não aceites fiscalmente	7,14%	653.380	0,00%	-
Imparidades não aceites fiscalmente	5,00%	457.125	0,00%	-
Correcções por crédito de imposto	0,02%	1.646	(0,03%)	10.011
Benefícios fiscais	(0,04%)	(3.615)	0,01%	(4.402)
Mais e menos valias	(0,07%)	(6.439)	0,04%	(12.220)
Derrama - adicional sobre lucro tributável	2,43%	222.601	-	-
Efeito da taxa de imposto sobre os prejuízos fiscais	-	-	(1,22%)	375.260
Tributação autónoma	0,38%	35.008	(0,12%)	37.797
Outros	2,54%	232.144	(0,68%)	209.640
	44,10%	4.034.551	24,44%	(7.540.658)

15. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Devedores e outras aplicações</i>		
Devedores por operações sobre futuros	962.058	1.565.126
Outros devedores diversos	77.963	3.618
<i>Rendimentos a receber</i>		
Comissões	309.331	218.169
<i>Despesas com encargo diferido</i>		
Operação de securitização – Conduit	308.137	382.788
Rendas	43.848	67.076
Seguros	19.061	11.062
Outras	149.954	499.247
	522.608	499.247
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	10.871	2.712.292
Operações fora de bolsa a liquidar	2.123.631	4.290.736
Operações activas a regularizar	417.314	144.871
	2.551.816	7.147.899
	4.422.168	9.434.059

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas “Operações de Bolsa a liquidar” e “Operações fora de bolsa a liquidar” correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.



16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Recursos do Banco de Portugal	90.000.000	134.000.000
Juros a pagar	292.361	233.424
	90.292.361	134.233.424

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos obtidos junto do Banco de Portugal, apresentavam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até três meses	10.000.000	134.000.000
De três meses a um ano	80.000.000	-
	90.000.000	134.000.000

Os recursos obtidos junto do Banco de Portugal em vigor em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 23).

17. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica refere-se a derivados registados ao justo valor por contrapartida de resultados e apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Swaps		
. De taxa de juro	211.846	929.410
. Sobre eventos de crédito	113.906	2.211.690
Opções	69.949	141.686
	395.701	3.282.786



18. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Depósitos a prazo e outros recursos:		
. Instituições de crédito no país	71.000.003	80.500.000
. Instituições de crédito no estrangeiro	21.277.252	17.645.146
	92.277.255	98.145.146
Encargos a pagar:		
. Juros de recursos de instituições de crédito no país	221.418	709.024
. Juros de recursos de instituições de crédito no estrangeiro	26.674	73.709
. Despesas com encargo diferido	(5.375)	-
	242.717	782.733
	92.519.972	98.927.879

Nos recursos de instituições de crédito no país consta um empréstimo de mútuo com a Caixa de Geral de Depósitos no montante de 25.000.000 Euros garantido pelo Estado Português no âmbito da Lei 60-A/2008, de 20 de Outubro de 2008. Em Janeiro de 2010 o Banco reembolsou a totalidade do empréstimo.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos de outras instituições de crédito, apresentavam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até três meses	61.277.255	91.145.146
De três meses a um ano	31.000.000	7.000.000
	92.277.255	98.145.146

Os recursos de outras instituições de crédito em vigor em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 incluem 14.277.252 Euros e 10.645.000 Euros, respectivamente, que têm como garantia associada o penhor de títulos da carteira própria do Banco (Nota 23).

19. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS



Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
À vista:		
. Depósitos à ordem	15.870.495	16.888.036
A prazo:		
. Depósitos a prazo	76.704.683	70.226.695
. Depósitos estruturados	5.788.266	3.998.462
	82.492.949	74.225.157
	98.363.444	91.113.193
Encargos a pagar:		
. Juros de recursos de clientes	735.693	885.521
	99.099.137	91.998.714

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais dos recursos a prazo de clientes, apresentavam a seguinte estrutura:

	2009	2008
Até três meses	58.138.984	64.692.407
De três meses a um ano	22.091.753	6.669.694
De um a cinco anos	2.210.143	2.769.554
A mais de cinco anos	52.069	93.502
	82.492.949	74.225.157



20. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Obrigações de Caixa Banco Invest 2009 – 1ª Emissão	25.000.000	-
“Floating rate notes” emitidas pelo AR Finance 1, plc (Nota 9)		
. Classe A	24.241.905	32.604.555
. Classe B	35.500.000	35.500.000
	59.741.905	68.104.555
“Variable funding loan notes” emitidas pela Invest Finance 1 Portugal B.V.	118.921.069	114.811.959
Juros a pagar	84.389	164.519
Despesas incluídas no custo amortizado	(148.024)	-
	203.599.339	183.081.033

As Obrigações Banco Invest 2009 – 1ª Emissão foram emitidas em 5 de Fevereiro de 2009, no montante de 25.000.000 Euros por oferta particular, por um prazo de três anos, a amortizar no respectivo vencimento.

Este empréstimo obrigacionista encontra-se garantido pelo Estado Português nos termos definidos na Lei 60-A/2008 de 20 de Outubro.

Os juros serão pagos trimestral e postecipadamente em 5 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de cada ano. A taxa de juro é igual à Euribor a três meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior à data de início de cada período trimestral de contagem de juros, adicionada de 1,45%.

21. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco Invest durante os exercícios de 2009 e 2008 foi o seguinte:

	2009					
	Saldos em 31-12-2008	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	Saldos em 31-12-2009
Provisões	1.498.616	500.000	(526.177)	(972.439)	-	500.000
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9)	7.732.452	2.208.342	-	-	(2.709)	9.938.085
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	7.888.592	2.037.672	(2.881.344)	-	(1.074)	7.043.846
Imparidade de outros activos: - Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	349.464	734.041	(97.604)	-	-	985.901
	17.469.124	5.480.055	(3.505.125)	(972.439)	(3.783)	18.467.832



	2008					Saldos em 31-12-2008
	Saldos em 31-12-2007	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros movimentos	
Provisões	5.272	1.498.616	-	(5.272)	-	1.498.616
Imparidade do crédito a clientes (Nota 9)	5.111.418	2.611.456	-	(4.304)	13.882	7.732.452
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda (Nota 8)	844.643	7.043.414	-	-	535	7.888.592
Imparidade de outros activos: - Activos não correntes detidos para venda (Nota 11)	320.429	110.142	(81.108)	-	1	349.464
	6.281.762	11.263.628	(81.108)	(9.576)	14.418	17.469.124

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Provisões" inclui 840.000 Euros correspondentes a uma estimativa dos custos que o Banco poderá ter de suportar para fazer face aos serviços contratados a diversas entidades no âmbito de operações de securitização que estavam previstas ocorrer em 2008, mas que acabaram por não se concretizar.

22. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Credores e outros recursos</i>		
Credores por operações sobre futuros	52.320	84.518
Sector Público Administrativo		
. Retenção de impostos na fonte	180.347	213.798
. Contribuições para a Segurança Social	66.803	67.078
. Iva a pagar	105.815	136.798
Cobranças por conta de terceiros	782.175	445.917
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	184.241
Credores diversos		
. Outros credores	806.286	472.611
	1.993.746	1.604.961
<i>Encargos a pagar</i>		
Por gastos com pessoal		
. Provisão para férias e subsídio de férias	525.752	504.539
Por gastos gerais administrativos	18.947	18.604
Outros	52.733	5.352
	597.432	528.495
<i>Outras contas de regularização</i>		
Operações de bolsa a liquidar	10.638	3.338.110
Operações fora de bolsa a liquidar	29.781	4.290.630
Outras operações a regularizar	2.019.507	9.629.958
	2.059.926	17.258.698
	4.651.104	19.392.154



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas "Operações de Bolsa a liquidar" e "Operações fora de bolsa a liquidar" correspondem a transacções efectuadas por conta de clientes cuja liquidação financeira ocorreu subsequentemente à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008 a rubrica "Outras operações a regularizar" inclui 9.524.152 Euros referente a um depósito efectuado pela TAP SGPS no âmbito da operação de aquisição da SPDH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (SPDH) à Globália. Em 2008 o Banco Invest e outras duas instituições financeiras realizaram uma operação conjunta que consistiu na aquisição das acções da SPDH, no caso do Banco Invest correspondentes a 15,1% do capital da Sociedade, por um prazo máximo de 12 meses, sendo que findo esse período a participação detida deveria ser alienada à TAP SGPS ou outra entidade por esta indicada, o que efectivamente veio a ocorrer em Março de 2009.

23. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2009	2008
<i>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</i>		
Garantias e avales prestados	2.766.407	2.025.054
Activos dados em garantia	172.671.217	177.583.561
	175.437.624	179.608.615
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Responsabilidades por prestação de serviços		
. Activos cedidos em operações de titularização		
Crédito à habitação	3.296.371	6.024.947
Crédito hipotecário	86.219.858	88.081.628
Leasing imobiliário	97.539.681	96.212.095
. Outros valores		
Gestão de carteiras	2.083.231	2.817.950
Clientes - Acções	116.681.736	81.019.314
Clientes - Obrigações diversas	11.030.178	7.451.040
Clientes - Outros	122.757	77.182
Fundos - Alves Ribeiro - Médias Empresas	28.147.437	24.507.129
	345.121.249	306.191.285
	520.558.873	485.799.900

A rubrica "Activos dados em garantia" diz respeito a títulos entregues pelo Banco como garantia de tomadas de fundos realizadas com Bancos Centrais ou outras Instituições de Crédito. Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, esta rubrica inclui, respectivamente, 154.171.217 Euros e 160.383.561 Euros de títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (Nota 16).

24. CAPITAL



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

Entidade	Número de acções	Montante	%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Ordinárias)	9.381.000	46.905.000	78,83%
Alves Ribeiro - IF, SGPS, S.A. (Acções Preferenciais)	2.400.000	12.000.000	20,17%
Outros	119.000	595.000	1,00%
	11.900.000	59.500.000	100%

Em 2 de Dezembro de 2008 o Banco efectuou um aumento de capital, através da emissão de 2.400.000 acções preferenciais remíveis ao valor nominal de 5 Euros, tendo sido subscrito e realizado na totalidade pelo accionista Alves Ribeiro – Investimentos Financeiros, SGPS, S.A..

As acções preferenciais remíveis sem data fixa, são susceptíveis de pagamento de dividendos prioritários a deliberar em Assembleia Geral, que correspondem a 7% do seu valor nominal. Este dividendo só poderá ser liquidado, caso existam fundos distribuíveis de acordo com o normativo aplicável e caso o seu pagamento não implique o não cumprimento dos requisitos de capital do Banco. O pagamento do dividendo prioritário será efectuado, anual e postecipadamente, no dia 30 de Junho de cada ano.

25. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCICIO

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Reservas de reavaliação</i>		
. Reservas resultantes da valorização ao justo valor:		
De activos financeiros disponíveis para venda	(3.753.680)	(14.687.788)
. Reservas por impostos diferidos e correntes		
De activos financeiros disponíveis para venda	993.441	3.783.098
	(2.760.239)	(10.904.690)
Reserva legal	1.102.078	1.102.078
Reserva livre	9.012.951	9.012.951
Reserva de fusão	574.221	574.221
Resultados transitados	(17.816.995)	5.493.684
	(7.127.745)	16.182.934
Resultado do exercício	5.115.469	(23.310.679)
	(4.772.515)	(18.032.435)



Reservas de reavaliação

Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 as reservas de justo valor incluem cerca de 2.140.000 Euros e 4.061.000 Euros, respectivamente, de menos valias em títulos reclassificados de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Investimentos detidos até à maturidade e de Empréstimos e contas a receber (Nota 41). Este montante encontra-se a ser reconhecido em resultados de acordo com o método da taxa efectiva até à maturidade dos correspondentes títulos.

Reserva legal

De acordo com a legislação em vigor, o Banco deverá destinar uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício à formação de uma reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. A reserva legal não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Reserva de fusão

Em 22 de Dezembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão, por incorporação no Banco, da Probolsa – Sociedade Corretora S.A. (Probolsa). Na sequência deste processo, a sociedade incorporada foi extinta, tendo sido transferidos para o Banco a totalidade dos seus direitos e obrigações. A fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 2004, tendo os activos e passivos da Probolsa sido transferidos para o Banco com base no respectivo valor líquido de Balanço nessa data. A diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos transferidos e o valor de balanço da participação detida pelo Banco no capital da Probolsa foi registada na rubrica “Reserva de Fusão”. Esta reserva não está disponível para distribuição, excepto em caso de liquidação do Banco, podendo apenas ser utilizada para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, após esgotadas as demais reservas.

Nos exercícios de 2009 e 2008, o resultado consolidado do Banco foi apurado da seguinte forma:



	2009	2008
<i>Resultados individuais:</i>		
Banco Invest	5.493.941	(23.128.071)
Invest Gestão de Activos	54.065	99.665
AR Finance 1, plc	(858.817)	(808.575)
AR Finance 1, FTC	(617)	(393.734)
Invest Finance FTC	290.663	(1.160.364)
Invest Finance BV	17.200	26.900
Fundo Tejo	14.014	33.270
Fundo Galleon	-	(140.256)
	5.010.449	(25.471.165)
<i>Ajustamentos, líquidos de efeitos fiscais:</i>		
Diferenças entre NCA e IAS/IFRS (imparidade)	474.847	105.926
Anulação de movimentos registados nas contas individuais:		
Provisão para crédito vencido do AR Finance 1, FTC	617	393.734
Provisão para crédito vencido do Invest Finance 1, FTC	(465.208)	1.660.663
Outros ajustamentos:		
Correcção no consolidado da amortização dos custos de montagem da operação de titularização	83.567	(21.523)
Outros	58.480	21.686
Resultados após impostos e antes de interesses minoritários	5.162.752	(23.310.679)
Resultado atribuível a interesses minoritários	(47.283)	-
Resultado consolidado do exercício	5.115.469	-

26. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2009	2008
Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Tejo	1.095.003	1.047.720
Invest Finance 1 Portugal B.V.	18.000	18.000
	1.113.003	1.065.720



27. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de disponibilidades	32.059	195.308
Juros de aplicações em instituições de crédito	45.054	989.947
Juros de crédito a clientes:		
. Crédito interno	3.099.779	7.464.198
. Crédito ao exterior	702	655
. Outros créditos e valores a receber - títulos de dívida	2.154.420	943.358
. Activos titularizados	10.210.842	12.408.946
Juros de crédito vencido	519.689	522.373
Juros de activos financeiros detidos para negociação:		
. Títulos	788.863	4.579.011
. Instrumentos derivados	497.619	8.279.830
Juros de activos financeiros disponíveis para venda:		
. Títulos	3.286.404	8.378.385
Juros de investimentos detidos até à maturidade	3.960.054	2.344.810
Juros de devedores e outras aplicações	271.145	221.375
	24.866.630	46.328.196

28. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Juros de recursos de bancos centrais	1.739.645	4.354.930
Juros de recursos de outras instituições de crédito		
. no país	2.008.677	2.500.594
. no estrangeiro	382.182	3.783.014
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	2.372.444	4.229.341
Juros de responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	3.154.757	12.365.344
Juros de passivos financeiros de negociação		
. instrumentos financeiros derivados	609.637	7.598.610
Outros juros e encargos similares	372.784	-
	10.640.126	34.831.833

29. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Nos exercícios de 2009 e 2008, esta rubrica corresponde integralmente a dividendos recebidos de acções registadas em Activos financeiros disponíveis para venda.



30. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Por garantias prestadas	37.871	25.803
Por serviços prestados	731.593	863.592
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.592.673	1.137.340
	2.362.137	2.026.735

31. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Por garantias recebidas	37	73
Outras operações de crédito	132.947	112.664
Por serviços bancários e operações realizadas por terceiros	463.916	338.538
Outras comissões pagas	37.679	103.792
	634.579	555.067



32. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Títulos</i>		
Emitidos por residentes		
. Obrigações	641.656	89.364
. Acções	(14.572)	(1.377.349)
Emitidos por não residentes		
. Obrigações	797.078	(14.138.367)
. Acções	12.136	(3.812.755)
. Outros	256	24.043
	1.436.554	(19.215.064)
<i>Instrumentos financeiros derivados</i>		
. Swaps		
Divisas	7.747	-
Swaps de taxa de juro	632.484	1.129.262
Crédito	2.111.209	(2.014.433)
. Futuros		
Sobre taxas de juro	(141.431)	(436.064)
Sobre cotações	376.804	(2.143.989)
Divisas	19.188	232.400
Outros	(397)	-
. Opções		
Divisas	2.540	(12.437)
Sobre taxas de juro	(875)	-
Sobre cotações	(55.955)	(1.168.827)
	2.951.314	(4.414.088)
	4.387.868	(23.629.152)



33. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Instrumentos de dívida</i>		
De residentes		
. Dívida pública portuguesa	505	(257)
. De outros residentes	-	-
De não residentes		
. Emissores públicos estrangeiros	7.333	(407.468)
De outros não residentes		
. Outras obrigações	(1.718.078)	(1.069.982)
<i>Instrumentos de capital</i>		
De residentes		
. Acções	(465)	-
De não residentes		
. Acções	(16.780)	23.133
. Outros	61.499	25.470
	(1.665.986)	(1.429.104)

34. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios de 2009 e 2008, o saldo desta rubrica corresponde integralmente aos resultados apurados na reavaliação das posições à vista em moeda estrangeira mantidas pelo Banco.

35. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

No exercício de 2009 esta rubrica tem a seguinte composição:

Investimentos detidos até à maturidade	(409.537)
Activos não financeiros	(46.162)
Outros activos	6.230
	(449.469)

A rubrica "Investimentos detidos até à maturidade" inclui os resultados obtidos com a alienação de um título classificado nesta carteira, após ter existido uma redução significativa na sua graduação de risco (rating).

A rubrica "Activos não financeiros" inclui perdas líquidas de 40.734 Euros, resultantes da alienação de activos não correntes detidos para venda (Nota 11).



36. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
<i>Outros rendimentos de exploração</i>		
Outros rendimentos e receitas operacionais:		
. Reembolso de despesas	167.154	173.070
. Ganhos na alienação de empresas participadas	140.256	-
. Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.215	1.200
. Ganhos na alienação de activos não financeiros	-	173.506
. Outros	144.818	30.357
	454.443	378.133
<i>Outros encargos de exploração</i>		
Outros impostos:		
. Impostos directos	4.813	6.099
Outros encargos e perdas operacionais:		
. Quotizações e donativos	32.352	39.906
. Contribuições para o Fundo de Garantia de Depósitos	17.500	17.500
. Perdas na alienação de activos não financeiros	-	129.768
. Outros encargos e gastos operacionais	58.793	226.548
	113.458	419.821
	340.985	(41.688)

No exercício de 2008, as rubricas "Ganhos na alienação de activos não financeiros" e "Perdas na alienação de activos não financeiros" incluem 15.997 Euros e 129.768 Euros, respectivamente, resultantes da alienação de activos não correntes detidos para venda (Nota 11).

37. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Salários e vencimentos		
. Órgãos de Gestão e Fiscalização	592.711	856.469
. Empregados	2.783.186	2.722.468
	3.375.897	3.578.937
Encargos sociais obrigatórios		
. Encargos relativos a remunerações:		
. Segurança Social	617.819	598.046
. Outros encargos sociais obrigatórios:		
. Outros	19.768	13.252
	637.587	611.298
Outros custos com pessoal:		
. Outros	70.432	63.450
	4.083.916	4.253.685

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o número de efectivos ao serviço do Banco, distribuído pelas respectivas categorias profissionais, era o seguinte:



	2009	2008
Administradores	6	7
Directores e chefias	15	16
Quadros técnicos	73	63
Administrativos	5	5
	99	91

38. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2009	2008
Com fornecimentos	157.655	168.167
Com serviços	1.373.660	1.215.883
Com serviços especializados	715.447	709.829
Outros serviços de terceiros	714.499	657.992
	2.961.261	2.751.871

39. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas do Banco Invest as entidades pertencentes ao Grupo Alves Ribeiro e a colaboradores pertencentes aos órgãos sociais do Banco.

Saldos com entidades relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os principais saldos com entidades relacionadas são os seguintes:

	2009	2008
<i>Activos financeiros disponiveis para venda</i>		
Fundo Inspirar	3.323.385	3.324.729
<i>Crédito a clientes</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	4.013.580	3.678.726
Monvest, SGPS, S.A.	608.452	608.452
Alves Ribeiro, SGPS	-	865.000
Us Motor	1.233.011	1.278.011
<i>Recursos de clientes</i>		
Fundo Inspirar	2.679.890	3.466.696
Mundicenter, SGPS, S.A.	6.012.000	15.351.223
Alves Ribeiro, S.A.	-	5.000.000
Alves Ribeiro, SGPS	6.175.371	-



Transacções com entidades relacionadas

Nos exercícios de 2009 e 2008, os principais saldos da demonstração de resultados com entidades relacionadas são os seguintes:

	2009	2008
<i>Juros e rendimentos similares</i>		
Motor Park - Comércio de Veículos Automóveis, S.A.	144.330	273.508
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	21.519	48.657
Monvest - SGPS, S.A.	68.232	68.232
Alves Ribeiro, SGPS	21.519	48.657
Us Motor	30.809	-
<i>Juros e encargos similares</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	236.753	100
Fundo Inspirar	17.908	-
<i>Rendimentos de serviços e comissões</i>		
Alves Ribeiro - Investimentos Financeiros, SGPS, S.A.	835	944
<i>Gastos gerais administrativos</i>		
Alrisa	397.357	299.629

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Colaboradores pertencentes aos órgãos sociais

À data de 31 de Dezembro de 2009 o montante de empréstimos concedidos a membros do Conselho de Administração é de 728.319 Euros, tendo sido aplicadas as mesmas condições aos restantes colaboradores.

Política de Remuneração

A Comissão de Remunerações, constituída por três representantes dos accionistas e eleita em Assembleia Geral, determina a política de remunerações dos membros dos órgãos sociais do Banco Invest, bem como os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares.

A política de remunerações foi submetida a aprovação da Assembleia Geral, assim consignando o desejável alinhamento de interesses entre os membros dos órgãos sociais e a sociedade, traduzindo-se sumariamente no seguinte:

- A remuneração dos membros executivos do Conselho de Administração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável;
- A componente variável, que não pode exceder 5% dos lucros do exercício, depende da obtenção de resultados consentâneos, da devida remuneração dos capitais próprios e da efectiva criação de valor, assim assegurando a sustentabilidade do modelo de negócio a médio e longo prazo;
- Quando existente, a componente variável é apurada com base nas demonstrações financeiras do Banco relativas ao exercício anterior;
- Não se encontrava vigente, no exercício de 2009, qualquer plano de atribuição de acções ou de opção para a sua aquisição que abrangesse membros dos órgãos de administração ou de fiscalização;
- Os membros não executivos do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável, termos em que as alíneas precedentes se têm como não aplicáveis.

O montante anual da remuneração auferida pelos membros executivos do Conselho de Administração foi de 538.355 euros.

40. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS



Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à actividade do Banco Invest

Os limites de risco e os níveis de exposição autorizados são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração tendo em conta a estratégia geral do Banco Invest e a sua posição no mercado.

O processo de gestão dos riscos da instituição respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas. Existe a adequada articulação entre o Comité de Investimentos, a direcção de Crédito e a direcção de Planeamento e Controlo que assegura o cumprimento dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade de pessoas singulares ou colectivas de honrar os seus compromissos para com o Banco Invest.

Da identificação, avaliação e acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito resulta uma monitorização atempada, que permite antecipar possíveis situações de incumprimento, estando abrangidos os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto a nível de créditos individuais, como a nível da carteira global do Banco.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, pode ser resumida como segue:

	2009		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.584.671	-	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.291.124	-	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	25.794.048	-	25.794.048
- Instrumentos financeiros derivados	976.681	-	976.681
Activos financeiros disponíveis para venda	69.271.584	(7.043.846)	62.227.738
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	270.173.806	(9.255.235)	260.918.571
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	45.860.923	(682.850)	45.178.073
Investimentos detidos até à maturidade	99.719.586	-	99.719.586
<i>Outros activos:</i>			
- Devedores e outras aplicações	962.058	-	962.058
	531.634.481	(16.981.931)	514.652.550
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante nocional)	45.970.776	-	45.970.776
Garantias prestadas	2.766.407	-	2.766.407
	580.371.664	(16.981.931)	563.389.733



	2008		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
<i>Activos</i>			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.729.841	-	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.750.422	-	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação:			
- Títulos	10.508.328	-	10.508.328
- Instrumentos financeiros derivados	2.425.936	-	2.425.936
Activos financeiros disponíveis para venda	64.936.924	(7.888.592)	57.048.332
Crédito a clientes:			
- Crédito não representado por valores mobiliários	274.671.898	(7.732.452)	266.939.446
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	59.492.653	-	59.492.653
Investimentos detidos até à maturidade	115.700.262	-	115.700.262
Outros activos:			
- Devedores e outras aplicações	1.565.126	-	1.565.126
	544.781.390	(15.621.044)	529.160.346
<i>Extrapatrimoniais</i>			
Swaps - eventos de crédito (montante nocional)	50.592.728	-	50.592.728
Garantias prestadas	2.025.054	-	2.025.054
	597.399.172	(15.621.044)	581.778.128

Qualidade de crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

O Banco tem instituídos procedimentos que permitem a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo permanente do risco de crédito, que abrange os riscos decorrentes de todas as actividades da instituição, tanto ao nível de créditos individuais como ao nível da carteira global do Banco Invest, antecipando assim possíveis situações de incumprimento.

As propostas de crédito são analisadas pelo Departamento de Crédito, sendo a análise documentada num relatório interno que contém todas as informações necessárias para a avaliação do risco do processo de concessão de crédito. As operações que obtiverem parecer favorável são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração do Banco.

Adicionalmente existem instituídos alguns procedimentos específicos do Banco que garantem o controlo do risco de crédito, nomeadamente:

- Após o surgimento de um incidente de cobrança, ainda que pontual, são despoletados um conjunto de procedimentos automáticos e manuais, instituídos em manual específico, cujo desenvolvimento, fundamentos e desenlace, são alvo de registo e acompanhamento na plataforma informática de controlo de crédito;
- A ocorrência de incidentes de natureza judicial ou de crédito, tendo como intervenientes os clientes do Banco, é monitorizada em permanência, através dos mecanismos da centralização de responsabilidades junto do Banco Central, e da pesquisa em bases de dados legalizadas e regularmente actualizadas. A subscrição de serviços de alertas, ou vigilância permanente, sobre alterações aos relatórios de informação comercial e a sua posterior análise é também uma prática instituída no Banco;
- Para clientes enquadrados em determinado tipo de perfil, definido pela Administração, é feito um acompanhamento anual, com actualização de toda a informação relevante de natureza bancária, comercial e económico-financeira;



- As Direcções Regionais de Crédito e a Administração fazem o acompanhamento numa base regular, das situações em controlo de crédito, dos procedimentos de recuperação, das acções de natureza judicial ou extra-judicial, bem como, da gestão quotidiana dos activos que vêm à posse do Banco, no exercício de iniciativas cautelares ou de execução judicial (incluindo a sua reavaliação, pelos critérios do valor de mercado, de reposição ou do rendimento, à luz dos parâmetros então em vigor no mercado); e
- Os métodos e procedimentos de análise e notação de risco, que incidem sobre o cliente (actividade, antiguidade na actividade, dimensão, meios afectos, imagem e conceito, tipo de inter-relacionamento com os mercados a montante e a jusante, etc.), sobre a natureza do investimento ou do apoio financeiro a contratar, bem como, dos colaterais a obter, (consistência da avaliação técnica, conformidade do LTV, liquidez potencial, região de implantação, etc.) são sujeitos a sucessiva adaptação, face à experiência concreta acumulada e às envolventes conjunturais existentes em cada momento.

Um dos critérios que o Banco utiliza para análise do risco de crédito da carteira de crédito é a divisão da carteira consoante o número de rendas em atraso. As categorias de risco utilizadas são as seguintes:

- [0,1] – Créditos com zero ou uma renda em atraso;
- [2,3] – Créditos com duas ou três rendas em atraso;
- [4,5] – Créditos com quatro ou cinco rendas em atraso;
- [6,+] – Créditos com seis ou mais rendas em atraso;

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a carteira de crédito do Banco de acordo as categorias de risco acima identificadas é a seguinte:

Tipo de contrato	2009				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	24.435.332	-	30.000	6.823	24.472.155
Crédito Imobiliário	76.511.067	3.746.679	3.857.562	13.780.347	97.895.655
Crédito Mútuo	18.767.960	843.737	1.434.888	821.126	21.867.711
Leasing Imobiliário	88.400.544	6.966.670	7.807.049	15.277.549	118.451.812
Leasing Mobiliário	382.433	-	-	7.791	390.224
Outros Créditos	146.880	1.395.494	-	-	1.542.374
Descobertos em D.O.	4.639.161	-	-	-	4.639.161
	213.283.377	12.952.580	13.129.499	29.893.636	269.259.092

Tipo de contrato	2008				Total
	[0,1]	[2,3]	[4,5]	[6,+]	
Contas Correntes	14.147.465	30.000	-	139.093	14.316.558
Crédito Imobiliário	79.722.327	8.859.983	2.075.243	13.018.477	103.676.030
Crédito Mútuo	15.578.072	271.800	-	576.039	16.425.911
Leasing Imobiliário	100.602.411	7.604.541	8.489.947	15.570.111	132.267.010
Leasing Mobiliário	394.168	-	3.676	7.873	405.717
Crédito ao Consumo	395.730	-	-	-	395.730
Descobertos em D.O.	2.626.995	-	-	2.969.880	5.596.875
	213.467.169	16.766.324	10.568.865	32.281.473	273.083.831



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a composição do crédito com 6 ou mais rendas em atraso e o justo valor das garantias subjacentes de acordo com o tipo de crédito é a seguinte:

	2009		2008	
	Capital em dívida	Justo valor das garantias associadas	Capital em dívida	Justo valor das garantias associadas
<i>Tipo de contrato</i>				
Contas Correntes	6.823	-	139.093	-
Crédito Imobiliário	13.780.347	15.003.845	13.018.477	10.903.235
Crédito Mútuo	821.126	1.094.835	576.039	760.805
Leasing Imobiliário	15.277.549	18.105.287	15.570.111	23.214.259
Leasing Mobiliário	7.791	-	7.873	-
Descobertos em depósitos à ordem	-	-	2.969.880	-
	29.893.636	34.203.967	32.281.473	34.878.299

Na elaboração destes mapas não foram considerados os títulos registados em créditos a clientes, juros corridos e as comissões associadas ao crédito.

Os principais colaterais recebidos pelo Banco relativamente aos activos financeiros acima identificados são os seguintes:

- No caso das operações de leasings imobiliários, a garantia efectiva é constituída pela propriedade jurídica do imóvel.
- No caso dos empréstimos de médio e longo prazo, o colateral é geralmente constituído por primeira hipoteca de imóveis de natureza urbana, situação igualmente comum nos financiamentos em regime de conta-corrente.

Em situações pontuais, o Banco obtém igualmente penhores mercantis sobre activos financeiros, constituídos por liquidez ou valores mobiliários cotados em mercados oficiais, bem como, de activos intangíveis líquidos e subordinados a valorização corrente no mercado como, por exemplo, direitos de trespasse sobre estabelecimentos de farmácia.

- Em geral e atendendo à maturidade das operações, independentemente da forma da sua titulação, é usual a prática de obtenção de garantias de natureza pessoal (avales ou fianças).

Os activos adquiridos para operações de locação financeira, ou recebidos em garantia hipotecária, têm salvaguardada a sua integridade em caso de acidente, evento fortuito ou de força maior, por seguro de multiriscos com os correspondentes direitos a favor do Banco.

Relativamente ao controlo do risco de crédito associado ao mercado de capitais, às transacções em produtos derivados e cambiais, o Banco mantém procedimentos instituídos através do processo de aprovação de investimentos, do controlo do cumprimento das estratégias definidas pela Administração e do Comité de Investimento e do acompanhamento regular da composição e evolução da carteira de títulos, que permitem a monitorização adequada do risco de crédito associado aos títulos em carteira.

O Banco procede à reavaliação mark-to-market, em cada momento, da sua exposição em produtos derivados, cambiais e mercado de capitais, permitindo assim avaliar a exposição potencial e global em determinado momento e o cumprimento dos limites de exposição definidos por sector e por país.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o risco de crédito associado à carteira de títulos do Banco, (excluindo imparidade) pode ser demonstrado através da graduação de risco (rating) atribuída por uma sociedade especializada em avaliação de risco, sendo apresentado da seguinte forma:



2009											
	Ratings									Total	
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	CCC	CC	C	N.R	
<i>Activos</i>											
Activos financeiros detidos para negociação	-	5.231.977	14.357.981	510.979	-	-	1.084.757	-	-	4.608.354	25.794.048
Activos financeiros disponíveis para venda	5.421.653	4.701.942	23.746.172	22.330.648	802.640	1.735.529	-	-	619.156	2.869.998	62.227.738
Investimentos detidos até à maturidade	10.172.510	6.332.966	61.993.012	21.221.098	-	-	-	-	-	-	99.719.586
Outros Créditos e Valores Titulados	9.605.119	11.264.732	6.068.223	12.335.914	2.762.441	2.129.320	-	1.012.324	-	-	45.178.073
	25.199.282	27.531.617	106.165.388	56.398.639	3.565.081	3.864.849	1.084.757	1.012.324	619.156	7.478.352	232.919.445

2008									
	Ratings							Total	
	AAA	AA	A	BBB	BB	B	N.R		
<i>Activos</i>									
Activos financeiros detidos para negociação	1.788.272	-	-	196.025	165.531	170.616	6.517.286	8.837.730	
Activos financeiros disponíveis para venda	2.850.536	15.758.165	19.078.872	16.134.438	1.267.102	595.332	-	55.684.445	
Investimentos detidos até à maturidade	10.149.722	32.278.499	57.912.209	15.359.831	-	-	-	115.700.261	
Outros Créditos e Valores Titulados	12.597.911	18.425.980	6.149.213	13.864.645	748.636	316.585	7.389.683	59.492.653	
	27.386.441	66.462.644	83.140.294	45.554.939	2.181.269	1.082.533	13.906.969	239.715.089	

Na elaboração deste mapa não foram considerados os instrumentos de capital e os instrumentos financeiros derivados.

Risco de liquidez

Entende-se por risco de liquidez o risco potencial para a entidade de não poder satisfazer os seus compromissos, dada a incapacidade de aceder aos mercados em quantidade e custo razoáveis.

A política de controlo do risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação da folga de liquidez.

As políticas e procedimentos que permitem controlar e limitar o risco de liquidez revêm regularmente os limites das posições de liquidez para diferentes horizontes temporais, analisando simulações com base em diversos cenários, o que permite uma efectiva gestão da liquidez.

É o Departamento Financeiro que se encarrega de cumprir e executar, de uma forma efectiva, a estratégia e todas as políticas de risco de liquidez definidas e aprovadas pela Administração.



Prazos residuais

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

2009								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.584.671	-	-	-	-	-	-	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.291.124	-	-	-	-	-	-	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação	-	14.589	1.583	16.491.464	10.263.092	1.067.473	-	27.838.202
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.988.372	34.892.259	24.302.956	10.076.193	-	71.259.779
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	4.639.161	7.354.573	16.877.030	22.476.443	201.148.778	16.763.108	914.714	270.173.806
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	501.966	1.004.629	11.597.382	32.756.946	-	-	45.860.923
Investimentos detidos até à maturidade	-	4.492.824	29.956.049	65.270.713	-	-	-	99.719.586
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	-	962.058	-	962.058
	23.514.956	12.363.952	49.827.664	150.728.261	268.471.771	28.868.831	914.714	534.690.148
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	10.000.000	80.000.000	-	-	-	292.361	90.292.361
Passivos financeiros detidos para negociação	-	35.803	68.399	276.985	14.515	-	-	395.701
Recursos de outras instituições de crédito	-	85.277.252	7.000.000	-	-	-	242.720	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.869.677	58.138.984	22.091.753	2.210.143	52.069	-	736.511	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	84.741.905	118.921.069	-	(63.635)	203.599.339
	15.869.677	153.452.038	109.160.152	87.229.033	118.987.653	-	1.207.957	485.906.510
Gap de liquidez	7.645.279	(141.088.086)	(59.332.488)	63.499.227	149.484.118	28.868.831	(293.243)	48.783.639
2008								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Outros ⁽¹⁾	Total
<i>Activo</i>								
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.729.841	-	-	-	-	-	-	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.750.422	-	-	-	-	-	-	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação	-	191.756	111.600	4.761.443	6.339.108	1.530.357	-	12.934.264
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.347.898	25.189.693	23.436.438	22.858.265	-	73.832.294
Crédito a clientes:								
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.626.995	12.363.385	3.522.185	26.698.962	213.380.567	14.491.738	1.588.067	274.671.898
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	493.651	1.191.215	13.867.236	43.940.551	-	-	59.492.653
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	12.509.078	91.236.626	11.954.557	-	-	115.700.262
	18.107.258	13.048.792	19.681.975	161.753.959	299.051.222	38.880.360	1.588.067	552.111.634
<i>Passivo</i>								
Recursos de bancos centrais	-	134.000.000	-	-	-	-	233.424	134.233.424
Passivos financeiros detidos para negociação	-	60.483	141.078	2.946.951	134.275	-	-	3.282.786
Recursos de outras instituições de crédito	-	91.145.146	7.000.000	-	-	-	782.733	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.972.642	50.599.503	6.669.694	2.769.554	93.502	-	893.818	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	-	3.113.227	1.143.028	13.157.639	165.667.139	-	-	183.081.033
	30.972.642	278.918.360	14.953.800	18.874.143	165.894.916	-	1.909.975	511.523.836
Gap de liquidez	(12.865.384)	(265.869.568)	4.728.176	142.879.816	133.156.306	38.880.360	(321.908)	40.587.799

⁽¹⁾ A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.



Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- não foram considerados os fluxos de caixa contratuais projectados de juros associados aos activos e passivos financeiros;
- a coluna “Outros” corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- para os instrumentos de capital foi considerado que a sua maturidade era indeterminada, tendo sido incluídos na coluna “Indeterminado”;
- nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda foi considerado que os instrumentos apenas eram liquidados na data da sua maturidade; e
- nos créditos a clientes foi considerada que a amortização do capital era efectuada na sua totalidade na data da última prestação do crédito.

O Gap de Liquidez de curto prazo é financiado com recurso ao mercado interbancário, onde o Banco tem acesso a linhas de crédito que permitem financiar este Gap, e através de desconto de títulos no ECB, que lhe permite ter acesso a liquidez imediata.

A taxa de renovação dos depósitos oscila sempre em torno dos 90%, pelo que é expectável que grande parte dos recursos de clientes se mantenham inalteráveis.

O Gap de liquidez de curto prazo está associado à carteira de obrigações do Banco e ao seu modo de financiamento. O valor total da carteira de títulos é superior ao Gap de curto prazo, podendo o Banco em qualquer momento reduzi-lo, realizando vendas de títulos no mercado. O referido Gap, resulta assim de uma decisão estratégica do Banco de financiar a sua carteira de títulos de um modo eficiente em termos económicos e não de uma deficiência estrutural de liquidez. A carteira tem sido essencialmente financiada através de operações de reporte junto do Banco Central Europeu, tendo no entanto o Banco Invest contratos de reporte com diferentes instituições financeiras.

Em 2009, o Banco realizou um conjunto de operações com impacto na sua estrutura de financiamento de médio longo prazo:

- Emissão de um empréstimo obrigacionista de 25.000.000 EUR a 3 anos, com Garantia Pessoal do Estado Português;
- Securitização de 10.893.526 EUR ao abrigo do programa de titularização, Invest Finance 1.

Para fazer face a eventuais necessidades de liquidez o Banco complementarmente às linhas de curto prazo no mercado monetário interbancário dispõe de uma linha de crédito com uma instituição financeira contratada a 3 anos.

Risco de mercado

A actividade do Banco Invest realizada através de instrumentos financeiros pressupõe a assunção ou transferência de um ou vários tipos de riscos.

Riscos de Mercado são os que surgem por manter instrumentos financeiros cujo valor pode ser afectado por variações em condições de mercado. Os riscos de mercado incluem:

- a) Risco de câmbio: surge como consequência de variações nas taxas de câmbio entre as moedas;
- b) Risco de taxa de juro: surge como consequência de variações nas taxas de juro de mercado;
- c) Risco de preço: surge como consequência de alterações nos preços de mercado, quer por factores específicos do próprio instrumento, quer por factores que afectam todos os instrumentos negociados no mercado.

O controlo de risco de mercado tem por objectivo avaliar e monitorizar a perda potencial associada a alterações dos preços dos activos do Banco, da gestão discricionária de carteiras, e a consequente perda de resultados, inerentes a um movimento adverso dos valores de mercado. Esta avaliação é efectuada pela definição prévia de procedimentos e limites relativamente às carteiras globais e por produto. Diariamente são avaliadas as estratégias, posições e limites, que permitem a geração de receitas através das suas actividades de trading e gestão de activos e passivos, gerindo simultaneamente a exposição ao risco de mercado.



Risco cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem "posições abertas" nessas mesmas moedas.

A actividade cambial do Banco Invest é acessória e residual. Os saldos diários em divisas e as transacções efectuadas em moeda estrangeira são diariamente controlados pelo Departamento de Operações e pela Sala de Mercados.

Apenas as operações em dólares têm alguma relevância, sendo praticamente inexistentes as transacções efectuadas noutras divisas.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2009					
	Moeda					
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suiço	Outras	Total
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.584.671	-	-	-	-	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16.609.936	640.884	40.304	-	-	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação	27.691.133	147.069	-	-	-	27.838.202
Activos financeiros disponíveis para venda	68.783.711	2.244.112	231.956	-	-	71.259.779
Crédito a clientes	315.454.150	580.580	-	-	-	316.034.730
Investimentos detidos até à maturidade	99.719.586	-	-	-	-	99.719.586
Devedores e Outras Aplicações	799.117	156.185	6.756	-	-	962.058
	530.642.305	3.768.830	279.015	-	-	534.690.150
<i>Passivo</i>						
Recursos de bancos centrais	90.292.361	-	-	-	-	90.292.361
Passivos financeiros detidos para negociação	395.701	-	-	-	-	395.701
Recursos de outras instituições de crédito	92.519.972	-	-	-	-	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	97.955.852	1.143.106	179	-	-	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	203.599.339	-	-	-	-	203.599.339
	484.763.225	1.143.106	179	-	-	485.906.510
Exposição Líquida (Posição Cambial)	45.879.080	2.625.723	278.837	-	-	48.783.640



	2008					
	Moeda					
	Euros Bruto	Dólares Norte Americanos	Libra	Franco Suíço	Outras	Total
<i>Activo</i>						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.729.841	-	-	-	-	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.116.060	575.765	58.597	-	-	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação	12.926.185	8.079	-	-	-	12.934.264
Activos financeiros disponíveis para venda	73.349.344	324.439	158.511	-	-	73.832.294
Crédito a clientes	332.812.679	1.351.871	-	-	-	334.164.550
Investimentos detidos até à maturidade	115.700.262	-	-	-	-	115.700.262
	549.634.370	2.260.154	217.108	-	-	552.111.632
<i>Passivo</i>						
Recursos de bancos centrais	134.233.424	-	-	-	-	134.233.424
Passivos financeiros detidos para negociação	2.922.517	360.269	-	-	-	3.282.786
Recursos de outras instituições de crédito	98.927.879	-	-	-	-	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	89.795.872	2.202.738	104	-	-	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	183.081.033	-	-	-	-	183.081.033
	508.960.724	2.563.007	104	-	-	511.523.836
Exposição líquida (Posição Cambial)	40.673.646	(302.853)	217.004	-	-	40.587.797

Em 31 de Dezembro de 2009 o aumento de 5% nas taxas de câmbio de mercado nas principais moedas a que o Banco se encontra exposto originaria um impacto positivo nos resultados do Banco de cerca de 148.000 Euros.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro diz respeito ao impacto que movimentos nas taxas de juro têm nos resultados e no valor patrimonial da entidade. Este risco deriva dos diferentes prazos de vencimento ou de reapreciação dos activos, passivos e posições fora de balanço da entidade, face a alterações na inclinação da curva de taxas de juro. Desta forma, o risco de taxa de juro corresponde ao risco do valor actual dos cash-flows futuros de um instrumento financeiro sofrer flutuações em virtude de alterações nas taxas de juro de mercado.

A gestão do risco de taxa de juro subordina-se à estratégia geral da Instituição e tem como objectivo minimizar o impacto das variações das taxas de juro nos resultados globais do Banco.

O risco de taxa de juro de curto prazo resulta fundamentalmente do mismatch de pagamentos entre os passivos da instituição e os seus activos de crédito.



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

	2009			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	177.122	-	1.407.549	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	316.363	-	16.974.761	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	1.067.474	20.100.937	5.693.110	26.861.520
- Instrumentos financeiros derivados	-	325.337	651.344	976.681
Activos financeiros disponíveis para venda	9.053.514	34.087.833	28.118.432	71.259.779
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	270.173.806	270.173.806
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	5.406.926	40.453.996	45.860.923
Investimentos detidos até à maturidade	-	23.287.977	76.431.609	99.719.586
Devedores e Outras Aplicações	-	-	962.058	962.058
	10.614.473	83.209.011	440.866.665	534.690.149
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	90.292.361	90.292.361
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	113.906	281.795	395.701
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	92.519.972	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	644.905	98.454.232	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	203.599.339	203.599.339
	-	758.811	485.147.699	485.906.510
	10.614.473	82.450.200	(44.281.034)	48.783.639
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	343.543.162	343.543.162
- Opções	-	-	5.813.266	5.813.266
- Futuros	-	-	37.574.960	37.574.960
	-	-	386.931.388	386.931.388



	2008			
	Não sujeito a risco de taxa de juro	Taxa fixa	Taxa variável	Total
<i>Activo</i>				
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	76.864	-	1.652.978	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	707.531	-	13.042.891	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação:				
- Títulos	1.670.597	94.801	8.742.930	10.508.328
- Instrumentos financeiros derivados	-	174.002	2.251.934	2.425.936
Activos financeiros disponíveis para venda	16.899.744	30.275.543	26.657.007	73.832.294
Crédito a clientes:				
- Crédito não representado por valores mobiliários	-	-	274.671.898	274.671.898
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	6.413.219	53.079.434	59.492.653
Investimentos detidos até à maturidade	-	23.147.343	92.552.918	115.700.262
	19.354.736	60.104.907	472.651.991	552.111.634
<i>Passivo</i>				
Recursos de Bancos Centrais	-	-	134.233.424	134.233.424
Passivos financeiros detidos para negociação				
- Instrumentos financeiros derivados	-	2.211.534	1.071.252	3.282.786
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	98.927.879	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	2.863.055	89.135.659	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	183.081.033	183.081.033
	-	5.074.589	506.449.246	511.523.836
	19.354.736	55.030.318	(33.797.256)	40.587.798
<i>Extrapatrimoniais</i>				
Instrumentos financeiros derivados (valor nocional)				
- Swaps	-	-	347.672.787	347.672.787
- Opções	-	-	4.848.462	4.848.462
- Futuros	-	-	8.950.721	8.950.721
	-	-	361.471.970	361.471.970

No conceito de taxa variável estão incluídas todas as operações com prazo de vencimento residual inferior a um ano, bem como, todas as outras cuja taxa possa ser redefinida em função de indicadores de mercado, dentro daquele prazo.



Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

	2009						Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.584.671	-	-	-	-	-	1.584.671
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17.291.124	-	-	-	-	-	17.291.124
Activos financeiros detidos para negociação							
- Títulos	1.067.474	5.693.111	-	14.515.146	5.585.790	-	26.861.520
- Instrumentos financeiros derivados	-	119.774	522.175	334.732	-	-	976.681
Activos financeiros disponíveis para venda	9.053.515	21.133.320	4.142.881	19.977.649	16.952.414	-	71.259.779
Crédito a clientes							
- Crédito não representado por valores mobiliários	4.639.161	182.627.557	65.229.266	-	-	17.677.822	270.173.806
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	35.639.888	4.777.844	5.443.190	-	-	45.860.923
Investimentos detidos até à maturidade	-	76.431.609	-	23.287.977	-	-	99.719.586
Devedores e Outras Aplicações	-	-	-	-	-	962.058	962.058
	33.635.944	321.645.258	74.672.166	63.558.695	22.538.205	18.639.880	534.690.148
<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	10.000.000	80.000.000	-	-	292.361	90.292.361
Passivos financeiros detidos para negociação							
- Instrumentos financeiros derivados	-	62.353	172.836	160.512	-	-	395.701
Recursos de outras instituições de crédito	-	85.277.252	7.000.000	-	-	242.720	92.519.972
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.869.677	58.138.984	22.091.753	2.210.143	52.069	736.511	99.099.137
Responsabilidades representadas por títulos	-	203.662.974	-	-	-	(63.635)	203.599.339
	15.869.677	357.141.562	109.264.589	2.370.656	52.069	1.207.957	485.906.510
	17.766.267	(35.496.303)	(34.592.423)	61.188.040	22.486.136	17.431.923	48.783.639



	2008						
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a a 1 ano	De 1 a a 5 anos	Mais de 5 anos	Outros ⁽¹⁾	Total
<i>Activo</i>							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.729.841	-	-	-	-	-	1.729.841
Disponibilidades em outras instituições de crédito	13.750.422	-	-	-	-	-	13.750.422
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
- Títulos	1.670.597	8.742.929	24.241	70.560	-	-	10.508.327
- Instrumentos financeiros derivados	-	1.127.557	1.057.146	241.233	-	-	2.425.936
Activos financeiros disponíveis para venda	22.766.277	22.330.142	4.209.025	4.587.651	19.939.199	-	73.832.294
<i>Crédito a clientes</i>							
- Crédito não representado por valores mobiliários	2.626.995	203.959.266	52.005.834	-	-	16.079.805	274.671.899
- Outros créditos e valores a receber (titulados)	-	47.943.530	5.135.903	5.664.582	748.637	-	59.492.652
Investimentos detidos até à maturidade	-	92.552.918	-	23.147.343	-	-	115.700.262
	42.544.133	376.656.342	62.432.149	33.711.369	20.687.836	16.079.805	552.111.633
<i>Passivo</i>							
Recursos de bancos centrais	-	134.000.000	-	-	-	233.424	134.233.424
Passivos financeiros detidos para negociação	-	314.461	313.143	2.655.182	-	-	3.282.786
- Instrumentos financeiros derivados	-	314.461	313.143	2.655.182	-	-	3.282.786
Recursos de outras instituições de crédito	-	91.145.146	7.000.000	-	-	782.733	98.927.879
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.972.642	50.599.503	6.669.694	2.769.554	93.502	893.818	91.998.714
Responsabilidades representadas por títulos	-	183.081.033	-	-	-	-	183.081.033
	30.972.642	459.140.144	13.982.837	5.424.736	93.502	1.909.975	511.523.836
	11.571.491	(82.483.802)	48.449.312	28.286.633	20.594.334	14.169.830	40.587.797

(1) A Coluna "Outros" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos.

O Banco considera que o impacto do aumento de 0,5% nas taxas de juro de mercado não tem um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 e 2008.

Justo valor

Na determinação do justo valor dos instrumentos financeiros o Banco tem por base os preços de mercado. Nos casos em que não existe preço de mercado, o justo valor é calculado com recurso a modelos internos baseados em determinados pressupostos que variam consoante os instrumentos financeiros a valorizar. Em situações excepcionais, quando não é possível determinar de forma fiável o justo valor, os activos são valorizados ao custo histórico.

As principais considerações na determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- "Caixa e disponibilidades em Bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito": Dado o prazo curto destes activos, entende-se que o valor contabilístico é uma razoável estimativa do seu justo valor;
- "Aplicações e recursos de outras instituições de crédito" e "Recursos de bancos centrais": O apuramento do justo valor pressupõe que as operações são liquidadas nas datas de vencimento e são actualizados os "cash-flows", utilizando a curva de taxas formada nos últimos dias do ano. Tendo em conta as maturidades das operações e o tipo de taxa de juro, o Banco Invest estima que a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico não seja significativa;
- "Crédito a clientes". O crédito a clientes é quase na sua totalidade remunerado a taxas indexadas à taxa Euribor, tendo na sua maioria refixação no curto prazo. No que se refere aos spreads em vigor na carteira, o Banco considera que actualmente a actividade de crédito se desenrola a um ritmo e valores residuais face à dimensão da carteira, e que as operações realizadas, bem como os respectivos spreads atribuídos, estão afectadas pelas características específicas de cada uma das operações, não sendo representativo da restante carteira de crédito.



- De qualquer forma, atendendo a que os spreads actualmente em vigor são superiores ao spread médio da carteira de crédito, o Banco calculou o justo valor da carteira considerando um spread adicional de 0,5%. Desta análise resultou que a aplicação do justo valor na rubrica de "Crédito a clientes" implicaria uma diminuição da mesma em cerca de 6.460.000 Euros.
- De realçar que nesta análise não foram incluídos operações de crédito com penhores de activos financeiros, e créditos atribuídos a colaboradores e a Empresas do grupo.
- Adicionalmente, na rubrica "Crédito a clientes" encontram-se registados títulos de dívida, cujo justo valor é apurado de acordo com a metodologia definida para os "Activos e passivos financeiros detidos para negociação" (ver abaixo).
- "Recursos de clientes e outros empréstimos": Para os depósitos com prazo inferior a um ano, assume-se o valor contabilístico como uma razoável estimativa do justo valor. Para os restantes consideramos que os spreads contratualizados não diferem muito dos que estão a ser praticados nas operações mais recentes;
- "Activos e passivos financeiros detidos para negociação" e "Activos disponíveis para venda": Tratam-se de instrumentos já registados na contabilidade ao justo valor, determinado de acordo com:
 - Preços de um mercado activo;
 - Preços indicativos fornecidos por meios de difusão financeira, nomeadamente a Bloomberg, maioritariamente através do índice denominado Bloomberg Generic.
 - Métodos e técnicas de avaliação, nos casos em que não existe mercado activo, que tenham subjacente:
 - calculo matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
 - preços calculados com base em activos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos;
 - Preços indicativos fornecidos por emitentes, essencialmente para os casos em que atendendo às características específicas do título, não era possível a utilização dos métodos de avaliação descritos anteriormente;
 - Custo de aquisição quando se considera que este se aproxima do justo valor.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a forma de apuramento do justo valor dos activos e passivos financeiros do Banco pode ser resumida como se segue:

2009						
Activos valorizados ao Custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor				Total	Valor contabilístico
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em: Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)			
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	- 1.046.524	25.794.047	20.950		26.861.521	26.861.521
- Instrumentos financeiros derivados	- 976.681	-	-		976.681	976.681
Activos financeiros disponíveis para venda	- 14.817.210	54.224.559	2.218.010		71.259.779	71.259.779
Investimentos detidos até à maturidade	-	99.980.615	969.866		100.950.481	99.719.586
Créditos a clientes - títulos de dívida	- 997.106	13.261.989	29.339.007		43.598.102	45.178.073
	- 17.837.521	193.261.211	32.547.832		243.646.564	243.995.640
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	- 395.701	-	-		395.701	395.701



2008						
	Activos valorizados ao Custo de aquisição	Instrumentos financeiros valorizados ao justo valor			Total	Valor contabilístico
		Cotações em mercado activo (Nível 1)	Técnicas de valorização baseadas em: Dados de mercado (Nível 2)	Outros (Nível 3)		
<i>Activo</i>						
Activos financeiros detidos para negociação						
- Títulos	-	1.670.597	1.761.596	7.076.135	10.508.328	10.508.328
- Instrumentos financeiros derivados	-	2.425.936	-	-	2.425.936	2.425.936
Activos financeiros disponíveis para venda	10.449.540	32.626.037	25.693.781	5.062.936	73.832.294	73.832.294
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	110.177.721	-	110.177.721	115.700.262
Créditos a clientes - títulos de dívida	156.415	-	24.224.679	34.699.899	59.080.993	59.492.652
	10.605.955	36.722.570	161.857.777	46.838.970	256.025.272	261.959.472
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação						
- Instrumentos financeiros derivados	-	3.282.786	-	-	3.282.786	3.282.786

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

- Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa (Nível 1);
- A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado (Nível 2);
- Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Banco ou cotações difundidas através de meios de difusão de informação financeira, nomeadamente Bloomberg, foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado" (Nível 2);

Em 31 de Dezembro de 2009, estão englobados nesta rubrica títulos sem data de reembolso definida, para os quais o Banco considerou a informação difundida por alguns contribuidores de mercado, considerando-se que estas cotações reflectiam o respectivo justo valor dos mesmos.

- Os títulos valorizados com base em modelos internos do Banco são apresentados em "Técnicas de valorização – outras" (Nível 3).

Relativamente aos títulos valorizados através de Modelo interno foram utilizados os pressupostos que o Banco considerou serem adequados para reflectir o valor de mercado desses activos financeiros à data de balanço, incluindo a taxa de juro de base de mercado, um spread reflectindo o risco de cada título determinado com base no rating e uma data esperada de reembolso.

Na valorização realizada em 31 de Dezembro de 2009, caso se aumentasse o spread de risco utilizado no Modelo interno em 1% o valor dos activos financeiros seria inferior em cerca de 740.000 Euros, dos quais cerca de 76.000 Euros correspondentes a "Activos financeiros disponíveis para venda". No caso de diminuirmos esse spread em 1%, o justo valor dos activos financeiros aumentava no mesmo montante.



41. RECLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Em 13 de Outubro de 2008, foi aprovada pelo IASB a IAS 39 (Emenda) e IFRS 7 (Emenda) – “Reclassificação de activos financeiros”, com base nas quais passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. As reclassificações de activos financeiros efectuadas até 31 de Outubro de 2008 beneficiaram de um regime transitório, no âmbito do qual foi permitida a sua aplicação com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008.

Decorrente das alterações ao IAS 39 descritas acima, o Banco Invest procedeu à reclassificação de obrigações, com referência a 1 de Julho de 2008 (data de reclassificação), de “Activos financeiros detidos para negociação”, “Activos financeiros disponíveis para venda”, “Crédito a clientes” e “Investimentos detidos até a maturidade”, de acordo com o seguinte detalhe:

	Valor de Balanço antes da reclassificação	Reclassificações		Valor de Balanço após reclassificação
		Aumentos	Diminuições	
Activos financeiros detidos para negociação	106.016.910	-	(75.830.272)	30.186.638
Activos financeiros disponíveis para venda	206.991.461	18.822.059	(106.921.893)	118.891.628
Crédito a clientes - títulos de dívida	-	59.946.307	-	59.946.307
Investimentos detidos até a maturidade	10.278.861	103.983.798	-	114.262.659
	323.287.233	182.752.165	(182.752.165)	323.287.233

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o valor de Balanço e justo valor dos activos financeiros reclassificados apresentam o seguinte detalhe:

	2009		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2009	Justo Valor em 31-12-2009
Activos financeiros disponíveis para venda	16.479.850	7.556.288	7.556.288
Crédito a clientes - títulos de dívida	45.966.976	45.824.659	44.244.684
Investimentos detidos até a maturidade	87.854.774	89.547.076	90.039.061
	150.301.600	142.928.023	141.840.033
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
Títulos alienados no exercício de 2009	31.404.430	n.a.	n.a.
	182.752.165	142.928.023	141.840.033
	2008		
	Valor de Balanço na data da reclassificação	Valor de Balanço em 31-12-2008	Justo Valor em 31-12-2008
Activos financeiros disponíveis para venda	18.822.059	14.831.467	14.831.467
Crédito a clientes - títulos de dívida	58.900.172	59.492.652	56.316.628
Investimentos detidos até a maturidade	103.983.798	104.323.324	98.460.736
	181.706.029	178.647.443	169.608.831
Títulos alienados até 31 de Dezembro de 2008	1.046.135	n.a.	n.a.
	182.752.165	178.647.443	169.608.831



O justo valor foi determinado com base nas metodologias descritas na Nota 41.

Após a data de reclassificação, os ganhos / (perdas) acumulados associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados e os outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e em resultados dos exercícios de 2009 e 2008, apresentam o seguinte detalhe:

2009					
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:			Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados transitados	Resultados do exercício	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(2.764.314)	2.574.279	-	(190.035)	604.830
Crédito a clientes - títulos de dívida	(601.233)	(433.743)	(887.604)	-	1.506.748
Investimentos detidos até a maturidade	(1.277.674)	1.313.852	(1.270.145)	-	1.735.166
	(4.643.221)	3.454.388	(2.157.749)	(190.035)	3.846.744

2008				
	Ganhos / (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em:		Outros ganhos/ (perdas) reconhecidos em:	
	Resultados	Reservas	Reservas	Resultados
Activos financeiros disponíveis para venda	(3.783.036)	-	(3.783.036)	92.375
Crédito a clientes - títulos de dívida	(1.047.279)	(895.113)	-	99.762
Investimentos detidos até a maturidade	(1.979.544)	(3.975.271)	-	339.527
	(6.809.859)	(4.870.384)	(3.783.036)	531.664

Os valores referentes a ganhos/ (perdas) associados à variação no justo valor não reconhecidos em resultados do exercício ou em reservas correspondem aos ganhos / (perdas) que afectariam resultados ou reservas caso as obrigações se mantivessem na carteira de Activos financeiros detidos para negociação ou "Activos financeiros disponíveis para venda", respectivamente.

Os valores apresentados em Outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas e resultados do exercício incluem os montantes relativos a juros, prémios / descontos e outras despesas. Os valores apresentados em outros ganhos / (perdas) reconhecidos em reservas referem-se à variação no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda após a data de reclassificação.

42. FUNDOS PRÓPRIOS

O Banco na gestão dos fundos próprios mantém uma política conservadora, mantendo um rácio de solvabilidade acima dos mínimos requeridos pelas entidades reguladoras. O Banco mantém a base de capital constituída exclusivamente por capital próprio, tendo ainda a faculdade de emitir diversos instrumentos de dívida.

Os fundos próprios do Banco são monitorizados mensalmente para se aferir sobre o grau de solvabilidade da instituição, sendo analisado as variações face a períodos anteriores e a margem existente entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

De acordo com o método de apuramento acima indicado e considerando o resultado líquido do exercício, em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 o Banco apresenta um rácio de solvabilidade de 13,1% e 12,8%, respectivamente.

6. Certificação Legal das Contas





6. Certificação Legal das Contas



CONTAS CONSOLIDADAS (Montantes expressos em Euros)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Banco Invest, S.A. (Banco), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2009, que evidencia um total de 547.546.903 Euros e capitais próprios de 55.840.488 Euros, incluindo um resultado líquido de 5.115.469 Euros, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração do Banco, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Banco Invest, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

5. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 são apresentadas pelo Banco para efeitos comparativos, de forma a dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. A Certificação Legal das Contas sobre estas demonstrações financeiras, datada de 26 de Maio de 2009, inclui três ênfases relacionadas com os seguintes assuntos: (i) registo de activos por impostos diferidos significativos, cuja recuperação estava suportada por projecções elaboradas pelo Conselho de Administração, tendo o lucro fiscal do Banco em 2009 sido superior ao projectado; (ii) descrição do impacto de reclassificações entre carteiras de um conjunto de títulos no âmbito da alteração ocorrida na Norma IAS 39 – Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração e; (iii) referência à metodologia de valorização de um conjunto específico de títulos, cujo impacto se reduziu significativamente no exercício de 2009.

Lisboa, 26 de Março de 2010

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal





7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Accionistas do
Banco Invest, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da actividade consolidada do Banco Invest, S.A. (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios do Banco, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento dos estatutos em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco, as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, apreciamos o Balanço consolidado do Banco em 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o respectivo anexo, bem como o Relatório de Gestão consolidado, elaborado pelo Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data. Adicionalmente, apreciamos a Certificação Legal das Contas Consolidadas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas do Banco, a qual inclui um ênfase, que mereceu o nosso acordo.

Face ao exposto, somos de opinião que após considerado o assunto descrito no parágrafo 5 da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e estatutárias aplicáveis, para efeitos de aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 26 de Março de 2010

Artur Carmo Barreto
Presidente

Rosendo José
Vogal

Vítor Hugo Moreira Ferreira Lemos Sousa
Vogal



Lisboa

Av. Eng. Duarte Pacheco, Torre 1 - 11º · 1070-101 Lisboa

Tel.: (+351) 21 382 17 00 · Fax: (+351) 21 386 49 84 · welcome@bancoinvest.pt

Porto

Pç. do Bom Sucesso, nº 131 - Ed. Península · Salas 502 a 504 - 5º · 4150-146 Porto

T: (+351) 22 607 63 90 · F: (+351) 22 609 52 97

www.bancoinvest.pt